The background features a stylized illustration of hands in shades of purple and yellow. The hands are rendered in a textured, almost stippled style, with some hands appearing to hold or support others. The overall composition is dynamic and layered, with the hands overlapping and creating a sense of depth and connection.

INDICADORES DA
♦ **QUALIDADE** ♦
NA EDUCAÇÃO

relações raciais na escola

imperatriz - maranhão

Parceria

Ação Educativa
SEDUC-MA / SUPMODE
Unidade Regional de Imperatriz – UREI
Coordenação da Educação da Igualdade Racial de Imperatriz – CEIRI
Instituto Unibanco

Ação Educativa

Presidente

Vera Masagão Ribeiro

Diretoria

Ana Lúcia Silva Souza
Baby Amorim
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Salomão Barros Ximenes

Coordenação Geral

Maria Virgínia de Freitas

Coordenação do Projeto

Ednéia Gonçalves

Equipe Relações Raciais

Ana Paula Maia
Jessika Tenorio

Instituto Unibanco | Gerência de Pesquisa e Inovação

João Marcelo Borges - Gerente
Caio Oliveira Callegari - Coordenador de Inovação em Políticas
Fabíola Nascimento Camilo - Analista Sênior de Projetos Educacionais

Textos

Ação Educativa

Ednéia Gonçalves
Ana Paula Maia
Jessika Tenório

Instituto Unibanco

Caio Callegari
Fabíola Nascimento Camilo

SEDUC/SUPMODE - Maranhão

Jocenilson Costa

Unidade Regional de Imperatriz - CEIRI

Eronilde dos Santos Cunha

Sistematização

Rita de Cássia Fonseca

Revisão

Rocha & Arruda Madrigais Revisão Gramatical LTDA

Design e Diagramação

Laís Oliveira

Designer Assistente

Flávia Souza da Silva

Indicadores da Qualidade e Relações Raciais nas Escolas de Imperatriz - MA

Sumário

01

Apresentações

Ação Educativa
Instituto Unibanco
SUPMODE / SEDUC – MA
UREI e CEIRI

02

Combate ao Racismo na educação escolar

Características do território – Imperatriz (MA)
Apresentação do Território – Dados demográficos
Ensino Médio antirracista em Imperatriz

03

Indique Relações Raciais em Imperatriz

Formação
Aplicação

04

Aprendizagens significativas no ensino médio de Imperatriz

Educação Equitativa no Ensino Médio em Imperatriz (MA)
Presença negra e indígena em Imperatriz

05

Resultados esperados e Propostas para aprimoramento da política pública de enfrentamento ao racismo.

Resultados esperados e alcançados
Propostas para aprimoramento da política pública de enfrentamento ao racismo e aplicação da Lei 10.639/2003

06

Mapa da Presença Negra e Indígena

Construção dos movimentos políticos de Imperatriz
Luta antirracista em Imperatriz
Linha do tempo – Presença negra em Imperatriz – 1980 a 2020
Mapeamento da presença Negra e Indígena
Apresentação do Mapa da presença negra e indígena em Imperatriz para a comunidade



Apresentação

Fortalecendo redes em prol da educação antirracista e equitativa

Ação Educativa

A Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que, desde 1994, atua na defesa de direitos educativos, culturais e da juventude, tendo em vista a promoção da democracia, da justiça social e da sustentabilidade socioambiental no Brasil e no mundo.

Nos 3 eixos de atuação institucional – educação, cultura e juventude –, nossas ações são orientadas pelo reconhecimento da realidade dos diferentes sujeitos, pela construção coletiva de conhecimentos, pelo respeito aos saberes construídos localmente e pela participação dos diferentes atores que compõem a rede de parcerias estabelecidas nos territórios.

Tendo como principal referência os fundamentos da educação popular, desenvolvemos nossas ações articulando educação e cultura e reconhecendo as/os jovens como sujeitos de direitos e portadores de conhecimentos essenciais para o aprimoramento da democracia e da educação escolar equitativa.

Identificamos a reeducação das relações raciais como desafio central para a ampliação da qualidade educacional e ponto de partida para a construção de políticas públicas que impulsionam experiências escolares comprometidas com a produção e circulação de conhecimentos que desnaturalizem as desigualdades. Esse processo exige absorver o aprendizado da resistência histórica às opressões, protagonizada e sistematizada pelos movimentos sociais, principalmente o movimento negro brasileiro, que sempre buscou na diáspora africana elementos de pesquisa, articulação e plataforma para a disseminação da visão de mundo e cultura afro-brasileira.

Os debates em torno da necessidade de políticas de promoção da igualdade racial no Brasil tiveram como importante ponto de inflexão a participação brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, e a assinatura do Plano de Ação elaborado pelos países participantes durante a conferência. A realização de conferências estaduais e em âmbito nacional para a elaboração do documento oficial apresentado pelo Brasil ocorreu com intensa participação do governo e de importantes organizações do movimento negro brasileiro. Esse documento registra oficialmente, pela primeira vez, a existência do racismo no Brasil e suas consequências, comprometendo-se a adotar políticas de ações afirmativas.

O reconhecimento das reivindicações legítimas do movimento negro e suas implicações no aprimoramento do marco legal de combate ao racismo no Brasil desencadearam ações afirmativas, como a lei que estabelece cotas para negros e indígenas no acesso ao ensino superior e concursos públicos e a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por meio da Lei no 10.639, de 2003, que, em seu artigo 26-A, torna obrigatória a inclusão, no currículo oficial

das redes pública e privada, o estudo da história e cultura afro-brasileiras. Posteriormente, em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

Com o objetivo de contribuir com a aplicação da LDB alterada pela Lei no 10.639, a Ação Educativa elaborou a Coleção Educação e Relações Raciais, desenvolvida a partir do trabalho com escolas, do diálogo com experiências internacionais e nacionais de educação das relações étnico-raciais, em especial as desenvolvidas por organizações do movimento negro brasileiro, e com outras experiências educativas comprometidas com a afirmação dos direitos humanos. A Coleção é composta de diferentes materiais, que podem ser utilizados de forma combinada ou separada em diversos momentos e espaços da vida escolar. Dentre os materiais, destacamos a metodologia de autoavaliação participativa Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola.

Indicadores da Qualidade na Educação Relações Raciais na Escola

A Série Indicadores da Qualidade na Educação foi desenvolvida com a colaboração de diversas organizações atuantes no campo educacional, ONGs, secretarias de educação, órgãos do MEC e profissionais de unidades escolares de diversas regiões do país, por meio de uma metodologia participativa que incluiu a realização de várias oficinas e pré-testes em unidades educacionais. Tal forma de elaboração permitiu que os materiais nascessem apontando indicadores de avaliação fruto do consenso entre instituições com grande conhecimento relativo a políticas educacionais no país e necessidades de melhoria de sua qualidade. Atualmente, há versões dos Indicadores para o Ensino Fundamental (2004), para a Educação Infantil (2009), para as Relações Raciais na escola (2014) e para o Ensino Médio (2018).

Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola têm o objetivo de contribuir para que a gestão pública e as unidades escolares desenvolvam um processo de autoavaliação participativa que favoreça a ampliação da roda de pessoas e coletivos comprometidos com a superação do racismo e de outras discriminações e que a agenda das relações raciais esteja contemplada nos Projetos Políticos Pedagógicos, gerando transformações efetivas no cotidiano escolar.

Contribui ainda para a aplicação da LDB alterada pela Lei no 10.639, fomentando o desenvolvimento de práticas e políticas públicas do campo educacional baseadas na valorização da diversidade e equidade étnico-racial.

Indicadores da Qualidade na Educação Relações Raciais na Escola no Maranhão

Iniciamos em 2019 um cuidadoso caminho de articulação institucional que culminou no estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica entre a SEDUC-MA e a Ação Educativa em 2020.

Termo de Cooperação Técnica estabelecido entre a SEDUC-MA e Ação Educativa-Assessoria, Pesquisa e Informação:

- Processo 20072711185682
- Diário Oficial do Estado do Maranhão - Edição Nº 139
- Data de publicação: 29.07.2020.

Publicado o Termo de Cooperação, a interlocução direta na execução de nossas ações foi direcionada para a SUPMODE – Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais. Com o passar dos anos a confiança em nosso trabalho e compreensão da relevância da metodologia dos Índices para aplicação da Lei 10.639 permitiu que realizássemos pesquisas e formações que acreditamos contribuíram diretamente para o fortalecimento da política pública de enfrentamento ao racismo institucional no ambiente escolar e para a articulação da SEDUC com organizações do Movimento Social Negro e da sociedade civil atuantes no enfrentamento ao racismo no Maranhão e parceiros históricos da Ação Educativa na luta antirracista. Em 2022 com dois desafios de cenário: a retomada de atividades presenciais após 2 anos de pandemia e a implantação do Novo Ensino Médio no país.

No retorno às aulas pós-pandemia, as redes públicas de ensino de todo país conviveram com o aumento da evasão, acirramento das desigualdades sociais, o luto nas comunidades e o perigo eminente de nova pandemia devido às mutações do vírus que exigiram atenção e investimento redobrados na proteção individual e coletiva no ambiente escolar.

Segundo o INEP², em 2021 a evasão no ensino médio no país dobrou, passando de em média 2,3% para 5,6% no ano. No Maranhão o aumento foi ainda maior: 6,9% dos estudantes do ensino médio não retornaram às aulas em 2022.

Simultaneamente as unidades escolares se envolveram com as demandas de implantação do novo ensino médio que trouxe inseguranças e questionamentos sem resposta para a equipe técnica das Unidades Regionais de Educação (URE), gestoras e professoras do ensino médio de toda rede estadual de ensino.

Para a garantia de continuidade de nossa atuação no Estado enfrentamos os desafios do cenário com aprendizados adquiridos ao longo de 4 anos de atuação no Maranhão em parceria com a SEDUC-MA e Instituto Unibanco.

Na proposição de ações apresentadas ao Instituto Unibanco em fevereiro de 2022 argumentamos que a qualidade da relação da SUPMODE (Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais – SEDUC/MA) com as unidades escolares depende diretamente de parceria e diálogo constante com as Unidades Regionais de Educação (URE) e que o desmonte da estrutura avançada desta Superintendência nas UREs teve um efeito bastante danoso para o desenvolvimento de ações do campo das diversidades nas unidades escolares.

¹Confira neste material o trabalho realizado desde o início da parceria: https://drive.google.com/file/d/13EZe4c4mZKC3agCZLpN9R40-FopZrFb2q/view?usp=share_link

²Censo Escolar 2021 - https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/2021/resumo_tecnico_do_estado_do_maranhao_censo_escolar_da_educacao_basica_2021.pdf

Indicadores da Qualidade na Educação - Relações Raciais na Escola em Imperatriz (MA).

No período 2020/2021, identificamos a URE-Imperatriz e a Coordenação de Educação da Igualdade Racial de Imperatriz (CEIRI) como diferencial positivo na implementação da LDB alterada pelas Leis nos 10.639/2003 e 11.645/2008 na SEDUC-MA.

A URE Imperatriz compreende 15 municípios com 37 escolas estaduais e 19.893 estudantes do Ensino Médio regular e do Ensino Médio da EJA.

Indicamos à SEDUC-MA a URE-Imperatriz como potencial polo de difusão da educação antirracista e referência na disseminação de práticas pedagógicas equitativas, tendo em vista a experiência única de manutenção de um setor específico para a pesquisa e difusão de educação antirracista representada pela CEIR-Imperatriz.

Em 17 de maio de 2022, em evento promovido pela SEDUC-MA com a presença da Secretária de Educação, a Sra. Leuzinete Pereira, do Supervisor da SUPMODE, o Sr. Jocenilson Costa, e de gestores das 19 UREs, estudantes e profissionais da educação do Estado do MA, apresentamos o **Projeto Indicadores de Qualidade na Educação em Imperatriz**, que foi desenvolvido de março de 2022 a março de 2023.

O projeto assumiu desafios de diferentes dimensões: o acolhimento e estabelecimento de diálogo entre diferentes atores da sociedade no processo de caracterização das principais características e desafios das relações raciais no território (movimento negro, universidades, órgãos públicos), levantamento das características socioeducacionais e culturais do território, o retorno a atividades formativas presenciais em um período imediatamente posterior a dois anos de pandemia e durante um período pré-eleitoral bastante conturbado.

A despeito de todos os desafios enfrentados, a potência do trabalho coletivo que registramos nesta publicação se mostrou efetiva e sustentou a construção de aprendizagens que aprimoraram o reconhecimento positivo das diferenças como possibilidade de construção de processos educativos e políticas públicas que combatam as desigualdades e celebrem a igualdade de direitos.

Agradecemos a todas(os)(es) envolvidos nessa jornada: Instituto Unibanco e SEDUC-MA pela parceria e presença em todos os momentos, UFMA e UEMA-Sul pelo acolhimento de nossas formações, URE-Imperatriz e CEIRI, representada pela coordenadora Eró Cunha, todas as organizações do movimento negro de Imperatriz e região pela generosidade e dedicação ao levantamento da história da resistência negra na região para a consolidação do Mapa da Presença Negra

em Imperatriz, aos estudantes do Ensino Médio, gestoras e profissionais das escolas da URE-Imperatriz pelo compromisso com a aplicação e disseminação da metodologia Indique ERRE, às profissionais da área de educação da Ação Educativa pela defesa intransigente do direito de todas as pessoas à educação equitativa, de qualidade e antirracista.

Dedicamos este trabalho à memória de Raíza Alves Sá Siqueira, que ocupou cargo de Coordenadora de Articulação Institucional no Instituto Unibanco, a quem agradecemos a parceria, aprendizados e dedicação ao combate ao racismo em todas as dimensões de sua trajetória.



Instituto Unibanco e Ação Educativa pela garantia do direito à educação com equidade

Instituto Unibanco³

Criado em 1982, o Instituto Unibanco tem atuado nos últimos 15 anos para fortalecer a educação pública por considerá-la um direito inalienável que, embora deva ser garantido pelo Estado, também é responsabilidade da sociedade civil e de seus diferentes setores.

Mais recentemente, o Instituto tem investido na interlocução com organizações da sociedade civil que têm legitimidade em ações articuladas para o enfrentamento das desigualdades raciais presentes no contexto escolar, visando à promoção e à garantia dos direitos de todos os estudantes.

Nesse contexto, a parceria entre o Instituto Unibanco e a Ação Educativa foi iniciada em 2017 e vem crescendo a cada ano pelo compromisso compartilhado na construção de uma educação antirracista e efetivamente democrática. O foco dessa atuação conjunta é o fortalecimento dos marcos legais de promoção da equidade racial na Educação Básica, o aperfeiçoamento da abordagem antirracista na estrutura dos currículos escolares e a abertura de oportunidades para que as juventudes negras possam desenvolver plenamente suas potências.

A partir 2019, a constituição de uma parceria tripartite entre Instituto Unibanco, Ação Educativa e Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (Seduc-MA) tem obtido sucesso na implementação da metodologia Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola em escolas do Ensino Médio Regular (Indiques-ERRE). Tal movimento tem se caracterizado por abordagem sensível às necessidades do território, permitindo a melhoria contínua das proposições e um aprendizado intenso sobre a própria implementação de ações públicas em favor da equidade racial.

O principal objetivo da metodologia é o fortalecimento da Lei no 10.639/2003 e sua modificação pela Lei no 11.645/2008, que, juntas, estabelecem o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial das redes de ensino. Além disso, a proposta visa a contribuir para o aperfeiçoamento da política educacional do Estado e para a redução das desigualdades educacionais, que são mais intensas no Ensino Médio e que atingem particularmente as juventudes negras, grupo vulnerabilizado em indicadores de permanência e conclusão dessa etapa de ensino.

³Atualmente a parceria com a Ação Educativa está vinculada à Gerência de Pesquisa e Inovação e é desenvolvida e acompanhada pela Coordenação de Inovação em Políticas. Participaram da construção deste texto o coordenador da área Caio Callegari e Fabíola Nascimento Camilo, Analista Sênior de Projetos Educacionais.

Mesmo com os diversos desafios decorrentes da pandemia de covid-19, a qual aprofundou as desigualdades já existentes nos contextos social e educacional, a implementação da metodologia na rede de ensino maranhense acompanhou as mudanças que ocorreram no campo da oferta educacional, sendo adaptada ao modelo remoto e híbrido por considerar um objetivo principal: estar a serviço da escola pública no momento tão crítico como o que vivenciamos.

A celebração dessa parceria, portanto, está atrelada aos resultados positivos alcançados em um período crítico para toda a educação brasileira. Tais resultados serão expostos neste e-book, que também ressalta os aprendizados decorrentes da troca de experiências entre diversos atores comprometidos com a educação pública.

A potência da articulação feita pela Ação Educativa com os gestores públicos da Seduc-MA, bem como as aproximações e alianças construídas com a sociedade civil organizada e o movimento negro do Maranhão, foram cruciais para traçar um diagnóstico contextualizado sobre a educação do estado, respeitando os aspectos culturais, históricos, sociais e políticos do território, que dão legitimidade e consistência às ações propostas pelos Indiques-ERRE.

Durante o projeto, a Ação Educativa realizou a conexão com grupos de pesquisa ligados à temática étnico-racial da universidade pública para produzir estudos que auxiliaram na compreensão das desigualdades do contexto educacional das juventudes negra e indígena maranhenses. Também reforçou a aproximação de pesquisadores com as instâncias da Seduc-MA responsáveis pela implementação do trabalho com as relações étnico-raciais e modalidades educacionais (quilombolas, indígenas, educação do campo, prisional etc.). Isso contribuiu para o aprofundamento da compreensão sobre a elaboração de políticas públicas alinhadas tanto às necessidades dos diferentes grupos sociais atendidos pela rede como às dos educadores.

Os resultados, ainda, nos informam que as escolas se mobilizaram para a aplicação dos Indiques-ERRE de forma participativa, com diversos representantes da comunidade escolar. Com base nessa abordagem, foi possível tecer uma visão detalhada do que já foi realizado e de como avançar no enfrentamento ao racismo e à discriminação na escola.

A parceria com a Ação Educativa é um ótimo exemplo da potência da composição entre diferentes segmentos comprometidos com a garantia do direito à educação com equidade. O debate das relações étnico-raciais na educação é proposto por meio do projeto sob a perspectiva da corresponsabilização da comunidade escolar e da gestão pública, visando à institucionalização dos marcos legais na política educacional e na prática pedagógica.

Esta iniciativa reafirma o lugar da educação como campo estratégico para a redução das desigualdades raciais na sociedade com base em uma experiência escolar que reconheça e valorize a identidade, a história, a cultura e a produção de conhecimento dos diversos povos que contribuíram para a formação do país.

SUPMODE-SEDUC e Ação Educativa em defesa de uma educação de qualidade

Jocnilson Mendes Costa

Supervisor de Modalidades e Diversidades Educacionais
Secretaria de Estado da Educação

Pensar em uma educação que proporcione experiências que dialoguem com os interesses e particularidades de cada comunidade escolar, sobretudo nas questões da educação para as relações Étnico-Raciais, nos possibilita articular ações para o fortalecimento do currículo que tenham como objetivo cumprir o que determina a Lei no 10.639/2003 e a Lei no 11.645/2008 e aprofundar as reflexões sobre educação, combate ao racismo e, ainda, apresentar estratégias que potencializem a participação da comunidade escolar, desenvolvida a partir de um trabalho coletivo, visando reconhecer, potencializar e fomentar atitudes antirracistas e não discriminatórias de modo amplo e consistente dentro do espaço escolar.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Educação, por meio da Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais, ao estabelecer parceria com a ONG Ação Educativa, assume o compromisso com a luta política para a implementação de uma educação antirracista e com a construção de uma escola que imprima, em suas práticas pedagógicas, a importância do debate para a diversidade, promovendo a reflexão, a mudança de postura de todos os agentes escolares, estimulando práticas coletivas de combate ao racismo e a todo tipo de discriminação.

Acreditamos que a proposta ancorada na participação da comunidade escolar se constitui como estratégias relevantes para a superação de desafios educacionais nas escolas da rede estadual de ensino do Maranhão. Além disso, essas práticas reverberam de forma positiva na sociedade ao avaliarmos a profunda e complexa relação entre racismo e desigualdade educacional, ainda muito presente em nosso meio.

A parceria com a Ação Educativa tem contribuído, de forma significativa, para que as escolas estaduais do Maranhão se tornem cada vez mais inclusivas, com valores éticos e que respeitem o diverso; essa parceria também possibilita processos de redimensionamento de olhares e atitudes entre as pessoas e se distancia do papel meramente protocolar, passando a ser entendida como o combate a situações urgentes, que precisam ser enfrentadas e modificadas continuamente, por entendermos que, nos espaços escolares, o racismo vem tendo visibilidade expressiva. Avalia-se que, para combater esse cenário, é necessário um trabalho que identifique prioridades, estabeleça planos de ação, fortaleça a formação das equipes escolares, monitore seus resultados, apresente reivindicações e propostas às políticas educacionais; potencialize e valorize a luta antirracista, adotando ações afirmativas que integrem cada vez mais as discussões sobre equidade racial na sociedade em suas variadas categorias.

Assim, destaca-se a importante atuação da Ação Educativa na mobilização das equipes técnicas escolares, de estudantes e seus familiares, da comunidade do entorno, membros de conselhos municipais, entre outros, que permite que diversos atores opinem e discutam o conceito de qualidade educativa, trazendo observações pertinentes ao dia a dia da vida escolar e expondo expectativas em relação ao futuro da educação no Estado e no acompanhamento da execução do plano, com vistas a identificar os problemas que surgem ao longo das atividades.

Nessa perspectiva, defendemos uma educação que respeite as diferenças e que seja perpassada pela promoção de um modelo de educação centrado na equidade, que dê aos estudantes a possibilidade do protagonismo estudantil, com respeito às suas diversas formas de expressão e comunicação em ambiente escolar.

Dessa forma, reconhecemos que a Ação Educativa tem influenciado a agenda educacional do Maranhão ao oportunizar à nossa comunidade escolar o debate acerca da discriminação racial e do racismo na reprodução das desigualdades entre negros e brancos. E, sobretudo, apresentando possibilidade da inclusão de um currículo que valorize a história e a memória dos afro-brasileiros e africanos, rompendo com as desigualdades e ampliando a oferta de uma educação para o fortalecimento das relações Étnico-Raciais, com foco na história e cultura afrodescendente e africana dos estudantes maranhenses.

CEIRI e Ação Educativa de mãos dadas, consolidando a educação antirracista em Imperatriz (MA)

Eronilde dos Santos Cunha

Professora Mestra e Coordenadora da CEIRI/UREI

A criação da Coordenação de Educação da Igualdade Racial de Imperatriz (CEIRI), em 2007, foi fruto do anseio e luta da sociedade civil organizada, em parceria com o Centro de Cultura Negra Negro Cosme de Imperatriz (MA) (CC-N-NC). Sempre teve o objetivo de implementar, nas escolas estaduais, a Lei no 10.639/03 (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana) e a Lei no 11.645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena) por meio de ações, projetos, acompanhamentos escolares, formação continuada e articulação de políticas públicas voltadas à construção de uma educação antirracista e de qualidade. Por ser a única coordenação, em nível estadual, com atuação permanente há mais de 15 anos, a CEIRI se tornou referência no combate ao racismo nas escolas.

Com atuação nas escolas públicas pertencentes à Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI), essa unidade é constituída de 15 municípios, 37 escolas (mais os anexos) e 42 escolas indígenas (atendidas pela coordenação indígena). Contamos, atualmente, com a gestão da Prof.^a Dra. Orleane Evangelista de Santana (Gestora Regional de Educação), da Prof.^a Especialista Suely Leal Silva (Diretora Regional de Educação) e do Prof. Antônio de Pádua (Coordenador do Setor Pedagógico).

A coordenação inicial era composta de quatro professoras da rede estadual e ativistas negras, até a aposentadoria de três das integrantes (Maria Luísa Rodrigues de Sousa, Doralice de Assunção Mota e Antônia Gisêuda Pereira da Costa). Atualmente, desde 20 de agosto de 2020, apenas a Prof.^a Mestra Eronilde dos Santos Cunha (Eró Cunha) permanece à frente dessa coordenação. Apesar das dificuldades e limitações (financeiras e de pessoal), a CEIRI resiste e continua articulando ações, projetos, pesquisas e políticas educacionais, dentro e fora dos espaços escolares, impulsionada pelas parcerias governamentais e não governamentais. O resultado desse trabalho pode ser constatado por meio do processo de reafirmação identitária de nossos/as jovens, da atuação humanitária (de um número significativo) de educadoras/es e gestoras/es, do combate ao racismo na regional de Imperatriz e, principalmente, da adesão das escolas públicas estaduais ao enfrentamento das violações de direitos humanos.

A CEIRI tem uma trajetória de ações antirracistas que impactam, direta e positivamente, as juventudes e comunidades escolares por meio de rodas de conversa “Afro-Diálogos”; Leitura na Praça; uma Pausa para Refletir sobre o Racismo; Concurso de Música Negra; Mostra de Interpretação Teatral de Literatura Negra (Poema, Conto, Crônica e Dramaturgia) – FESTIAFRO; Mostra de Desenhos Afros; Projeto de Cinema Negro “Curta Imagem Negra” – PROCINE; acompanhamentos e orientações pedagógicas; palestras; formações continuadas para professoras/es; contação de histórias e orientações de projetos de pesquisa. Em

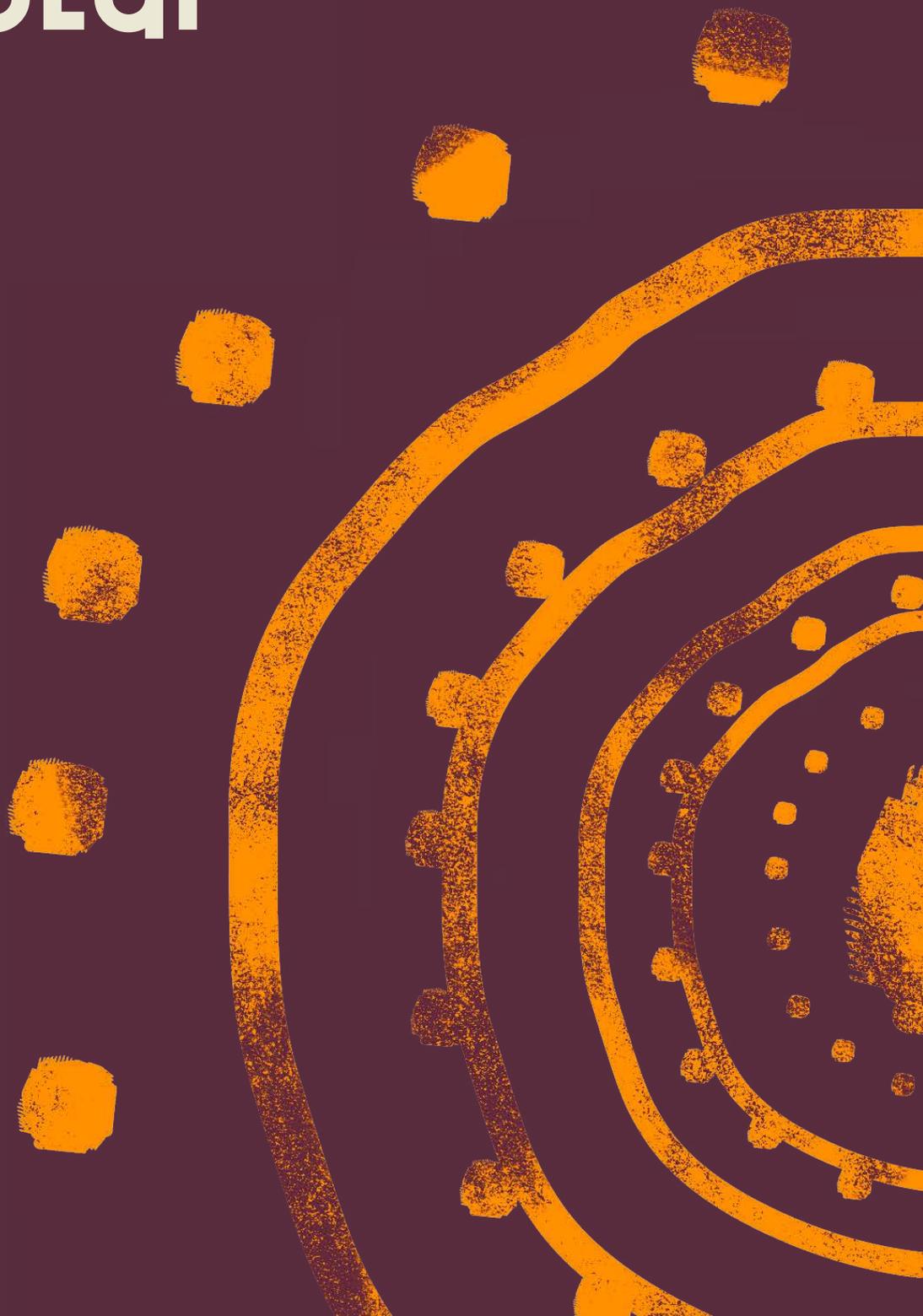
decorrência dessa atuação e comprometimento social, a CEIRI/UREI vem sendo fortalecida pela parceria firmada entre a SEDUC/MA, por meio da Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais (SUPMODE), a ONG Ação Educativa e o Instituto Unibanco.

É válido destacar, mesmo durante a pandemia de covid-19, que, de forma impiedosa, alargou e alimentou as desigualdades raciais, de gênero e sociais, a CEIRI/UREI e a ONG Ação Educativa, de mãos dadas, buscaram estratégias e caminhos possíveis para a realização dos trabalhos. Em vista disso, foram realizadas reuniões com a equipe da UREI para apresentação da metodologia dos Indicadores da Qualidade na Educação (Indiques); encontros com o setor indígena; formações continuadas com professoras/es (virtuais e presenciais); encontros formativos com as equipes gestoras das escolas; sugestões e disponibilização de materiais didáticos antirracistas; materiais da metodologia dos Indiques - ERRE (livro impresso, em ppt, sites e materiais virtuais); formação e acompanhamento dos grupos guardiões, para garantia da aplicação exitosa dos indicadores de qualidade nas escolas.

Não poderíamos deixar de destacar os avanços alcançados, coletivamente, por meio do envolvimento e mobilização de lideranças das comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana, setores da saúde, educação, núcleos de estudos e pesquisas, Defensoria Pública, UFMA (Curso de Comunicação Social/Jornalismo, grupo de pesquisa Maria Firmina dos Reis), NEAI/IFMA, UEMASUL (NEABI, MAI, Grupo de Estudos Literários e Imagéticos – GELITI, Programa de Pós-Graduação em Letras [PPGLE]), Coletivo LGBTQIAP+ (Arco-Itz), movimento artístico (ASSARTI); movimentos estudantis (grêmios escolares), sociais e negros (Centro de Cultura Negra Negro Cosme), entre outros.

Essa colorida mistura de saberes e vivências possibilitou a abertura de espaços de escuta, de diálogos e olhares mais atentos e amorosos para nossos pares e nossa prática pedagógica, conseqüentemente contribuindo para o fortalecimento da nossa luta, possibilitando-nos olhar para as nossas ações e termos certeza de estarmos trilhando os caminhos certos, rumo a uma educação que liberta e nos faça feliz.

combate do racismo na educação escolar



Fruto da luta histórica do movimento negro brasileiro, a alteração na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) pela Lei no 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no conjunto da educação básica (pública e privada), constitui uma importante ação afirmativa e instrumento incontornável no longo processo de combate ao racismo que ainda marca profundamente a realidade brasileira.

No primeiro Congresso do Negro Brasileiro, organizado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN)⁴, em 1950, já constava a proposição de tornar visível a história e a cultura da população negra nos currículos oficiais de ensino (SANTOS, 2005). Contudo, a agenda do movimento negro na esfera educacional se intensificou após o fortalecimento dos movimentos sociais negros em 1978, com sua maior visibilidade, em meio ao processo de redemocratização do país. Na década de 1980, constatou-se que a discriminação racial no cotidiano escolar era responsável direta pela crescente desigualdade entre estudantes negros e brancos (FILHO, 2011).

A educação no Brasil é profundamente marcada por desigualdades no acesso, na permanência e na garantia da qualidade em razão da classe social, etnia, raça, gênero, região e área de moradia (urbana e rural) dos/as estudantes. De acordo com dados de exclusão escolar no Brasil, a maior parcela de crianças e adolescentes excluídas da escola (53%) vive em domicílios com menos de 1 / 2 salário-mínimo *per capita*⁵. Se analisarmos a população de 4 a 17 anos fora da escola, notaremos que 64% desses indivíduos são crianças e adolescentes negras e negros⁶. O Nordeste é a região com mais adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola: são 16,9% de meninos e meninas que não cursam o Ensino Médio⁷.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2010) mostra que a desigualdade no acesso à escolarização entre os diferentes grupos raciais no Brasil, em especial quando consideradas pessoas negras e brancas, é observada em diversos indicadores, como o de acesso à Educação Infantil, de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, de analfabetismo⁸ e de analfabetismo funcional⁹, das médias de anos de estudo¹⁰ e da proporção de estudantes de 18 a 24 anos que cursam o Ensino Superior¹¹, entre outros.

A discriminação racial na escola está presente na veiculação de estereótipos negativos acerca da população negra, nas relações desrespeitosas entre negros e brancos no cotidiano escolar, no eurocentrismo dos conteúdos curri-

⁴O TEN foi uma companhia de psicodrama do Rio de Janeiro fundada em 1944 pelo artista plástico e ativista Abdias do Nascimento.

⁵Fonte: Cenário da Exclusão Escolar no Brasil (UNICEF, 2017).

⁶Fonte: PNAD 2015.

⁷Cenário da Exclusão Escolar no Brasil (UNICEF, 2017, p. 9).

⁸Tanto a população de cor preta como a de cor parda têm o dobro de incidência de analfabetismo observado na população branca: 13,3% dos pretos, 13,4% dos pardos contra 5,9% dos brancos são analfabetos (SIS, 2010).

⁹O analfabetismo funcional concerne mais fortemente aos pretos (25,4%) e aos pardos (25,7%) do que aos brancos (15%) (SIS, 2010).

¹⁰A população branca de 15 anos de idade ou mais tem, em média, 8,4 anos de estudo, enquanto pretos e pardos têm, igualmente, 6,7 anos (SIS, 2010).

¹¹Apenas 34% dos/as alunos/as do Ensino Superior são negros/as (IBGE, 2015).

culares, na negligência acerca da literatura e cultura produzidas por africanos/as e afro-brasileiros/as, na negação da existência do racismo e na oferta de uma educação de pior qualidade para as populações negras e pobres do país.

A percepção dessas desigualdades fez com que a sociedade civil organizada e muitos movimentos sociais escolhessem estrategicamente a mobilização pelo direito à educação como agenda prioritária de luta contra as desigualdades no país. O movimento negro foi um dos que afirmaram a centralidade da educação como forma de reduzir desigualdades e compreendeu a importância da escola no combate ao racismo e na valorização do papel da população negra no desenvolvimento econômico e cultural do país (GOMES, 2011).

Com a alteração da LDB pela Lei no 10.639/2003, multiplicaram-se experiências sobre educação para as relações étnico-raciais nas escolas brasileiras. Porém, pesquisas apontam os limites desse avanço, como a pesquisa realizada pelo Instituto da Mulher Negra Gêledes e Instituto Alana, em Abril de 2023, que aponta que apenas 29% aplicam a 10.639 e 18% dos municípios pesquisados não realizam nenhuma relação ainda marcado pela baixa institucionalização da lei nos sistemas de ensino, nas propostas curriculares, na gestão educacional, caracterizando-se por ações pontuais na escola, dependentes, em sua maior parte, da iniciativa de educadoras e educadores ativistas da causa antirracista.

Diante desse contexto e com base na premissa do papel da escola como um espaço-chave para a redução de desigualdades raciais, o projeto aqui apresentado visou formar e acompanhar profissionais da educação e de comunidades escolares no desenvolvimento de ações de implementação da Lei no 10.639/2003 nas escolas e na rede estadual de ensino do Maranhão (MA) por meio da utilização da metodologia de autoavaliação participativa dos Indicadores da Qualidade na Educação-Relações Raciais na Escola.



Letreiro da cidade de Imperatriz (MA) (Wikimedia Commons)

O território hoje conhecido como município de Imperatriz, no estado do Maranhão, foi fundado em 16 de julho de 1852 pelo padre jesuíta Frei Manoel Procópio do Coração de Maria com o nome de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins, pois o território já era utilizado desde os séculos XVI e XVII como acampamento das expedições bandeirantes.

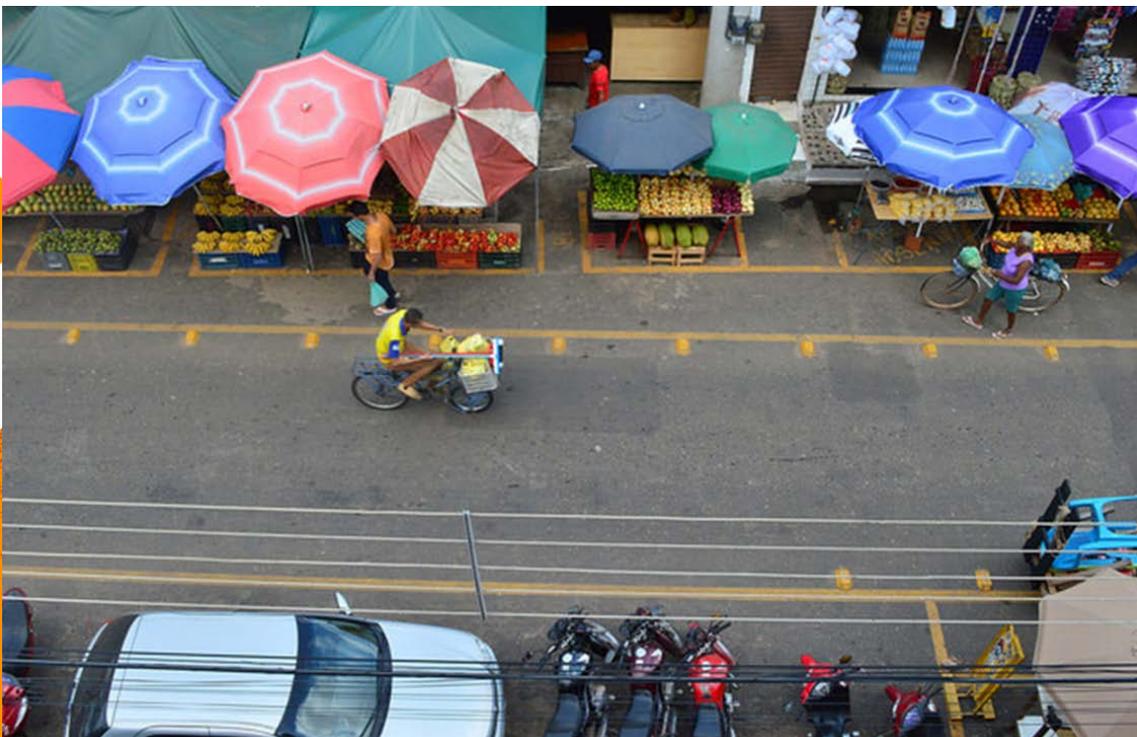
A colônia passou a ser chamada de Vila de Imperatriz em 27 de agosto de 1856, em virtude da Lei no 398, que homenageia a Imperatriz Teresa Cristina, esposa do Imperador Dom Pedro II, que governou o Brasil de 1840 a 1889. Com o passar dos anos, o nome da vila foi simplificado por seus habitantes, que se referiam ao povoado apenas como Imperatriz, e, em 22 de abril de 1924, a vila foi promovida a cidade.

Atualmente, a cidade de Imperatriz é o segundo maior município do estado do Maranhão e tem uma população estimada em 273.027¹² habitantes, tornando-se um importante centro econômico, político e cultural, ficando atrás apenas da capital do estado. Situada às margens do Rio Tocantins, na região sul do estado, está a cerca de 639 km de distância da capital, São Luís, e faz divisa com o estado de Tocantins, sendo atravessada pela Rodovia BR-010 (Belém-Brasília).

¹²Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 13 mar.2023.

Mas nem sempre o município de Imperatriz foi a segunda força do estado. Até 1959, ano da inauguração da Rodovia Belém-Brasília, a cidade experimentava um lento desenvolvimento econômico e político, e foi só a partir da década de 1960 que a cidade iniciou sua crescente escalada de desenvolvimento econômico. Pois os novos caminhos que se abriram a deixaram não somente mais perto da capital, mas também de muitas outras cidades, como Anápolis, Brasília, Goiânia, São Paulo, bem como o Centro-Oeste e o Nordeste do Brasil. Assim, Imperatriz se tornou um dos mais importantes entrepostos comerciais do país, e, atualmente, é o mais importante do Maranhão. Os principais produtos comercializados e despachados nos polos logísticos de Imperatriz são a monocultura da soja, trazida do município de Balsas, no Maranhão, e a madeira, que é extraída no Pará e levada para o Maranhão. A cidade ainda atende a produção da siderúrgica de Açailândia e da agricultura familiar dos vários municípios do estado.

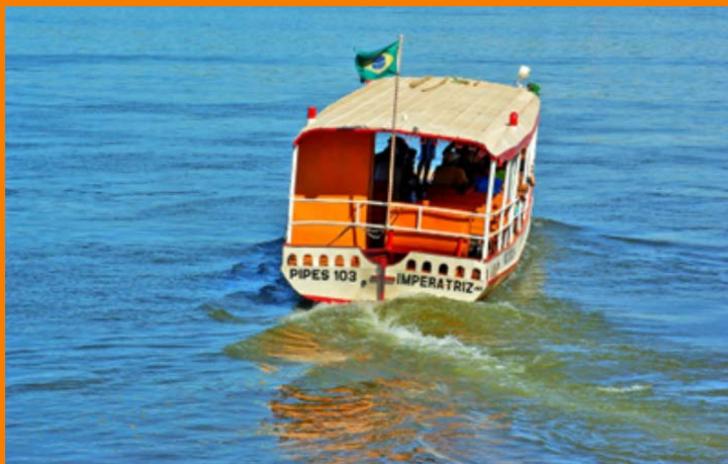
Mais uma das características que fazem de Imperatriz uma metrópole econômica é a presença do Complexo Atacadista do Mercadinho, do Centro Varejista do Calçadão, além de seus pontos turísticos. Toda a produção vinda do sul do Maranhão, do norte do Tocantins e do leste do Pará é escoada pelos núcleos estratégicos de Imperatriz, como a Rodovia BR-010 (Belém-Brasília), o Rio Tocantins, a Ferrovia Norte-Sul e a Estrada de Ferro Carajás. Também é por Imperatriz que passam as principais linhas de transmissão de energia elétrica do Maranhão e de outros estados.



Mercadinho Imperatriz (MA) (Wikimedia Commons)

Segundo dados do Censo 2010¹³, 51% da população de Imperatriz é feminina, e mais de 90% da população mora nas áreas urbanas da cidade. O município apresenta um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,731, em comparação com o IDH de 0,639 do estado do Maranhão, no mesmo período¹⁴.

Por estar localizada às margens do Rio Tocantins, seu território de 1.369,039 km² tem várias belezas naturais e pontos turísticos, como a Praia do Cacau, Beira Rio, Academia Imperatrizense de Letras e a Rua XV de Novembro.



Rio Tocantins – Divisa Natural entre o Maranhão e o Tocantins (Flickr/Otávio Nogueira)

O município de Imperatriz também faz parte da Amazônia Legal e do Portal da Amazônia⁴, iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento econômico da região. O Plano Amazônia Sustentável (PAS) considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

Por fim, destacamos que os dados apresentados neste texto foram extraídos dos bancos de dados do Governo Federal, e o dado anterior referente à estimativa atual da população de Imperatriz foi divulgado pelo IBGE em 25/12/2022 como uma prévia do Censo 2020.

¹³Fonte: Censo 2010.

¹⁴Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 12 mar.2023.

¹⁵Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28 Acesso em: 5 mar.2023

Dados gerais de Imperatriz-MA¹⁶

População	
População estimada [2021]	259.980 pessoas
População no último censo [2010]	247.505 pessoas
População Feminina [2010]	128.278 pessoas
População Masculina [2010]	119.227 pessoas
População Urbana [2010]	234.547 pessoas
População Rural [2010]	12.958 pessoas
Densidade demográfica [2010]	180,79 hab/km ²

Ano - 2010					
Cor ou raça ¹⁷					
Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
247505 pessoas	74965 pessoas	19723 pessoas	3481 pessoas	148774 pessoas	562 pessoas

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Economia	
PIB per capita [2020]	R\$ 27.880,96
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,731

Bioma	Amazônia e Cerrado
Área da unidade territorial [2021]	1.369,039 km ²

¹⁶Dados extraídos em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>. Acesso em: 5 mar.2023.

¹⁷Extraído em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 de maio.2023

Ensino médio antirracista em Imperatriz

A cidade abriga uma das sedes das Unidades Regionais de Educação (UREs) do estado do Maranhão, que coordena a atuação da rede de escolas estaduais em Imperatriz e mais 14 municípios adjacentes. A URE-Imperatriz se destacou, ao longo do processo formativo, por apresentar uma grande quantidade de ações no âmbito das relações étnico-raciais desenvolvidas nas escolas e centros de ensino, tais como : Concurso de Desenhos, Formações sobre Relações Raciais, parcerias com instituições da sociedade civil.

Os municípios maranhenses que compõem a Unidade Regional de Imperatriz são: Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, São João do Paraíso, Ribamar Fiquene, Senador La Rocque e *Sítio Novo*¹⁸, somando, assim, 37 escolas estaduais.

URE-Imperatriz - Matrículas em 2022¹⁹

Os resultados se referem às matrículas iniciais no Ensino Médio (incluindo o Ensino Médio Integrado e o Normal magistério) e a Educação de Jovens e Adultos presencial Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes estaduais do **Estado do Maranhão – Dados de 2022**

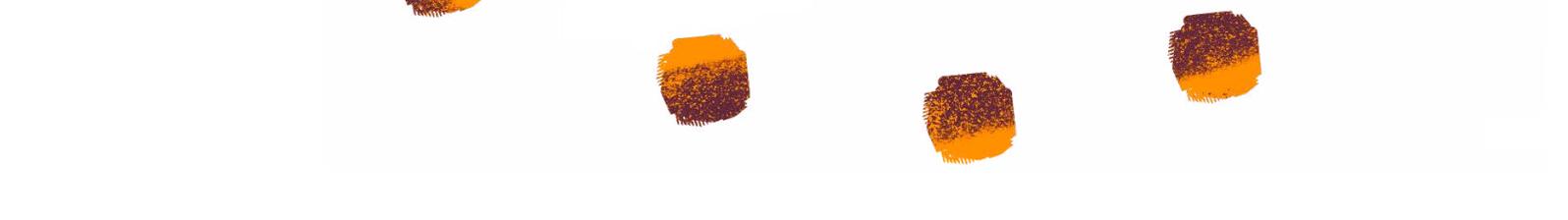
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Médio		EJA Médio
	Parcial	Integral	
MARANHÃO			
Estadual Urbana	180.461	27.231	26.368
Estadual Rural	31.848	3.273	4.596

¹⁸URE-Imperatriz. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/ure-imperatriz/>. Acesso em: 12 mar.2023.

¹⁹Tabela extraída do documento "Resultados Finais (redes estaduais e municipais) – DOU Anexo I | Censo Escolar 2022", disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022..> Acesso em: 12 mar.2023.

Os resultados se referem às matrículas iniciais no Ensino Médio (incluindo o Ensino Médio Integrado e o Normal magistério) e a Educação de Jovens e Adultos presencial Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes estaduais do **Estado do Maranhão – Dados de 2022**

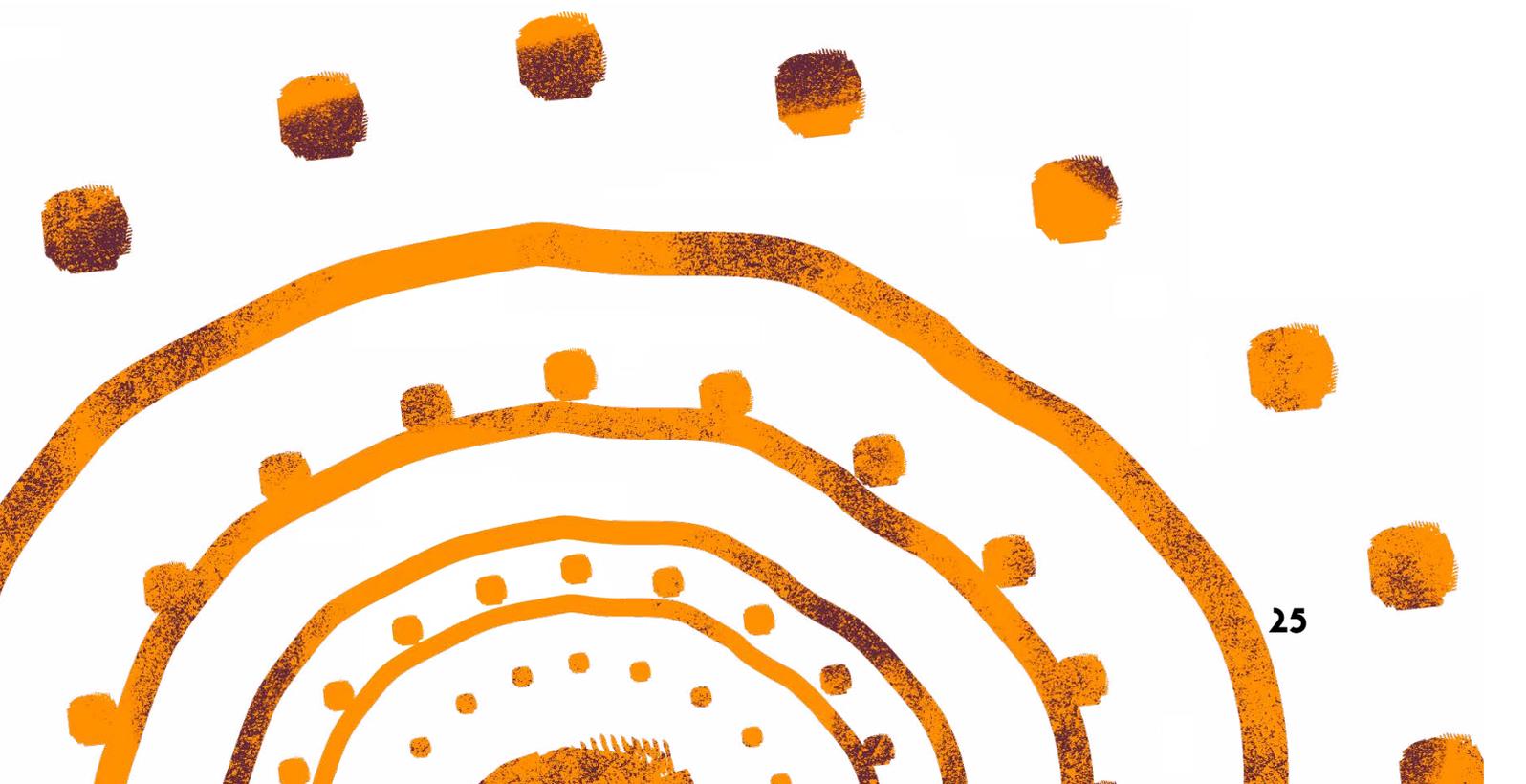
Unidades da Federação Municípios Dependência	Médio		EJA Médio
	Parcial	Integral	
AMARANTE DO MARANHÃO			
Estadual Urbana	1.093	272	125
Estadual Rural	90	0	0
BURITIRANA			
Estadual Urbana	399	0	0
Estadual Rural	0	0	0
CAMPESTRE DO MARANHÃO			
Estadual Urbana	477	0	58
Estadual Rural	0	0	0
DAVINÓPOLIS			
Estadual Urbana	455	0	75
Estadual Rural	0	0	0
ESTREITO			
Estadual Urbana	1.048	0	151
Estadual Rural	88	0	0
GOVERNADOR EDISON LOBÃO			
Estadual Urbana	302	0	124
Estadual Rural	172	0	35
IMPERATRIZ			
Estadual Urbana	7.918	854	1.163
Estadua Rural	48	0	60
JOÃO LISBOA			
Estadual Urbana	899	0	64
Estadual Rural	74	0	0
LAJEADO NOVO			
Estadual Urbana	305	0	39
Estadual Rural	0	0	0
MONTES ALTOS			
Estadual Urbana	292	0	42
Estadual Rural	50	0	0
PORTO FRANCO			
Estadual Urbana	758	0	103
Estadual Rural	0	0	0
RIBAMAR FIQUENE			
Estadual Urbana	257	0	18
Estadual Rural	0	0	0
SÃO JOÃO DO PARAÍSO			
Estadual Urbana	354	0	45
Estadual Rural	90	0	0
SENADOR LA ROCQUE			
Estadual Urbana	640	0	49
Estadual Rural	130	0	0
SÍTIO NOVO			
Estadual Urbana	568	0	83
Estadual Rural	11	0	15
Total	16.518	1.126	2.249



Ao longo da pandemia (2020-2021), observamos a atuação diferenciada da URE-Imperatriz, que, apesar de enfrentar as mesmas dificuldades de conectividade que as demais, se manteve atuante no campo das diversidades, propondo novas ações e incentivando a participação das escolas em atividades híbridas em todas as modalidades.

Tendo em vista a retomada de atividades presenciais no Estado do Maranhão, propusemos o desenvolvimento, em 2022, de ações formativas referenciais a partir da URE-Imperatriz visando orientar as demais unidades regionais no acompanhamento e orientação do desenvolvimento dos Planos de Ação desenvolvidos pelas escolas a partir da aplicação da metodologia participativa dos Índices Relações Raciais.

É fundamental destacar que a trajetória das ações realizadas em 2022 foi pautada por um processo minucioso de promoção do diálogo e articulação intersetorial, com a participação ativa da Secretaria de Estado da Educação (SE-DUC-MA), da Unidade Regional de Educação de Imperatriz (URE-Imperatriz), das gestoras escolares, das organizações do movimento negro e representantes da sociedade civil.



The background features a vibrant orange field with large, dark purple, textured shapes that resemble stylized hands or organic forms. A prominent gear-like shape with a circular center is positioned on the right side. The text is centered in the upper left quadrant.

**indique
relações
raciais em
imperatriz**

Formação

Ao trabalharmos com pautas étnico-raciais nas escolas, precisamos considerar os diferentes aspectos que transpassam o cotidiano dos alunos do Ensino Público, desde dificuldades sociais e econômicas que os impedem de permanecer nas unidades de ensino, até a falta de um projeto institucional pedagógico inclusivo, diverso e representativo.

A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas de Educação Básica, estabelecida por meio das Leis nos 10.639/03 e 11.645/08, demonstra o compromisso com a construção de uma educação antirracista, uma vez que torna público e legítimo o debate sobre as questões raciais no Brasil a partir de um diálogo intercultural que pressupõe e considera a existência de um outro enquanto sujeito ativo e concreto, ou seja, com quem se fala e de quem se fala.

Os danos causados pelo racismo se refletem nas relações cotidianas e, conseqüentemente, reverberam no ambiente escolar. Sendo assim, defendemos que é papel da escola despertar o potencial dos indivíduos e contribuir para seu pleno desenvolvimento, a partir de diferentes estímulos, seja em sala de aula ou em sua comunidade. Contudo, para que isso aconteça, é importante que o estudante se perceba como sujeito de conhecimento e protagonista dos saberes produzidos no espaço escolar. Costurar caminhos de diálogo e escuta no interior das unidades educacionais exige uma prática coletiva crítica e geradora de transformações diárias.

Promover o debate sobre questões raciais em todas as instâncias possíveis, com a criação e implantação de políticas públicas que visam diminuir as desigualdades, é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária. O espaço escolar reflete as relações cotidianas e, por isso, torna-se necessário um conjunto de ações pedagógicas antirracistas e inclusivas.

A metodologia dos Indicadores da Qualidade na Educação Relações Raciais na Escola permite que a escola realize uma autoavaliação participativa da situação das relações raciais em sua comunidade escolar, possibilitando que os participantes da comunidade busquem coletivamente alternativas para a construção da educação antirracista nas unidades escolares.

O processo desencadeado em Imperatriz, em 2022, é resultado de uma articulação institucional estabelecida entre a SEDUC-MA, por meio da Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais (SEDUC/SUPMODE), o Instituto Unibanco e a Ação Educativa, que, desde 2019, desenvolvem processos formativos intencionalmente comprometidos com o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, considerando a autoavaliação, características e desafios das unidades e comunidades escolares em todo o território maranhense.

A experiência desenvolvida nos 4 anos anteriores culminou em um processo que trouxe as unidades regionais de ensino para o centro do desafio de expansão da aplicação da Lei no 10.639 para o cotidiano das unidades escolares, com total envolvimento das equipes gestoras das unidades escolares. A atuação da CEIRI na URE-Imperatriz contribuiu para o aprimoramento de um modelo replicável de orientação nas diferentes etapas de consolidação dos grupos guardiões e desenvolvimento dos planos de ação pelas unidades escolares posteriormente à aplicação dos Indiques. Os encontros formativos com as gestoras escolares aconteceram de maneira híbrida, com formações presenciais em 4 polos conduzidos pela Ação Educativa e um conduzido autonomamente pela CEIRI. Contaram ainda com dois plantões virtuais de dúvidas com equipe de formação e contato direto via WhatsApp e ligações telefônicas.

O grupo guardião é constituído para organizar, mobilizar e acompanhar todo o processo de utilização dos Indiques. Recomenda-se que o grupo seja composto por gestores/as escolares, coordenadores pedagógicos/as, professores/as, familiares e estudantes, levando em consideração a representatividade de diferentes pertencimentos raciais presentes na comunidade escolar.

Os primeiros contatos com os agentes envolvidos nesse processo ocorreram no primeiro semestre de 2022, assim como as primeiras formações. As primeiras quatro formações foram realizadas entre os meses de abril e maio, no período que antecedeu a aplicação da metodologia dos “Indicadores da Qualidade na educação - Relações Raciais na Escola” nas unidades de ensino. No segundo semestre, entre os meses de agosto e outubro, foram realizados mais três encontros formativos por polo e uma oficina. Esses encontros tinham como intuito realizar trocas de conhecimento, vivências e capacitar as comunidades escolares para a aplicação da metodologia. Os encontros também contaram com a participação de representantes da sociedade civil que atuam na região que compreende a URE-Imperatriz.

Durante todo processo, a CEIRI/UREI teve um papel crucial ao mobilizar e articular a participação dos técnicos da UREI, de gestores e professores das escolas.



Formação por polo - Polo 1



Formação por polo - Polo 2



Formação por polo - Polo 3



Formação por polo - Polo 4



Formação por polo - Polo 5

Esses encontros foram divididos por polos, ou seja, em grupos de trabalho por região, contendo cinco escolas em cada polo. Nessas formações eram apresentados os conteúdos e materiais necessários para a aplicação da metodologia.

Quadro dos encontros formativos

Formação por polo	Polo 1 – 19/04/22	30 pessoas
Formação por polo	Polo 2 – 18/05/22	15 pessoas
Formação por polo	Polo 3 – 19/05/22	13 pessoas
Formação por polo	Polo 4 – 20/05/22	12 pessoas
Formação por polo	Polo 5 – 12/08/22	11 pessoas

Aplicação

A aplicação do Indique Relações Raciais ocorreu em 19 escolas vinculadas à UREI entre os meses de outubro e novembro de 2022 e contou com a participação em torno de 20 mil pessoas, entre alunos e seus responsáveis, professores, gestores e funcionários das unidades de ensino. As escolas que aplicaram a metodologia foram:

Nome da Escola	Município
Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa	Imperatriz
Centro de Educação de Jovens e Adultos II	Imperatriz
Centro de Ensino Rio Amazonas	João Lisboa
Centro de Ensino Amaral Raposo	Imperatriz
Centro de Ensino Edinan Moraes	Imperatriz
Centro de Ensino Manoel Bezerra de Oliveira	Ribamar Fiquene
Centro de Ensino União	Imperatriz
Centro de Ensino Caminho do Futuro	Imperatriz
Centro de Ensino Fortunato Moreira Neto	Porto Franco
Centro de Ensino Mourão Rangel	Imperatriz
Centro de Ensino Urbano Rocha	Imperatriz
Centro de Ensino Carlos Alberto	Lajeado Novo
Centro de Ensino Governador Archer	Imperatriz
Centro de Ensino Newton Barjonas Lobão	Imperatriz
Centro de Ensino Valentim da Silva Aguiar	Campestre do Maranhão
Centro de Ensino Delfino Aguiar de Azevedo	São João do Paraíso
Centro de Ensino Henrique de La Rocque	São João do Paraíso
Centro de Ensino Flaudismar Alves de Sousa	Buritirana
Centro de Ensino Parsondas Carvalho	Sítio



C.E Flaudismar Alves de Sousa (Buritirana)



C.E Flaudismar Alves de Sousa (Buritirana)



CE Parsondas de Carvalho (Sítio Novo)

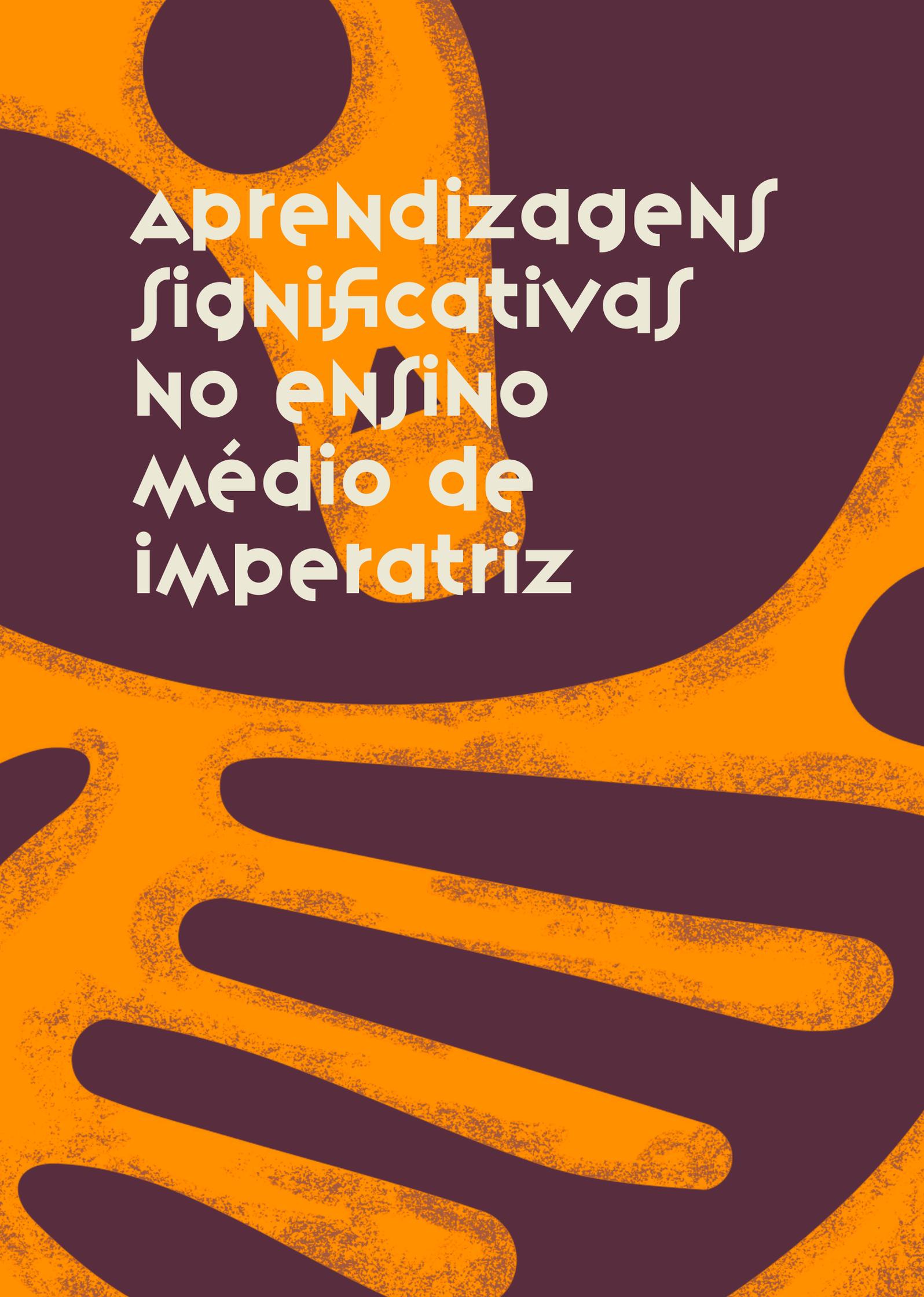


C.E. Fortunato Moreira Neto (Porto Franco)



C.E. Fortunato Moreira Neto (Porto Franco)

Na segunda quinzena do mês de novembro de 2022, após a aplicação dos INDQs-Relações Raciais, realizamos encontro com gestoras(es), para sanar dúvidas relativas ao processo de elaboração dos Planos de Ação e socialização entre as escolas que já aplicaram a metodologia e outras interessadas nesse método.

The background features a dark purple field with large, organic, orange-colored shapes that resemble a stylized hand or a series of flowing, rounded forms. The text is centered in the upper half of the image.

**Aprendizagens
significativas
No ensino
Médio de
imperatriz**

Educação Equitativa no Ensino Médio em Imperatriz (MA)

Diante das mais distintas posições sociais ocupadas por sujeitos simplesmente tidos como “jovens”, existem juventudes diversas que, em seus mais diferentes e por vezes distantes mundos sociais, valem-se de distintas estratégias de reprodução social e produção de sentido segundo as mais diversas condições sociais de existência, materiais e simbólicas.

(BRAGA, SOUSA, PINTO, 2006)²⁰

Para que a educação escolar cumpra seu papel de construtora de aprendizagens significativas e esteja comprometida com a democratização da sociedade de forma equitativa, é necessário assumir como função social da escola a articulação dos conhecimentos sistematizados pela ciência ao longo da história global com os saberes construídos pelas diversas culturas nos mais diferentes territórios em um processo de resistência ancestral às opressões de raça, classe, gênero e sexualidade. É somente a partir dessa perspectiva que a educação pode assumir compromisso com a equidade, a valorização da democracia e formação cidadã, que se expressam em uma experiência escolar marcadamente antirracista, antissexista e não homofóbica.

Diante da complexidade dos desafios que emergem e se articulam na construção e implementação de políticas públicas educacionais equitativas, é fundamental disseminar o entendimento de que educação escolar de qualidade por toda a vida é um direito humano. No Brasil, esse fundamento é bandeira histórica de movimentos sociais e de diversas organizações da sociedade civil que, como a Ação Educativa, atuam individualmente ou em rede nessas frentes.

Entendemos a qualidade educacional como uma construção social que precisa necessariamente se sintonizar com os anseios de justiça, democracia e qualidade de vida para todas e todos e, sobretudo, com a superação das profundas desigualdades que marcam nossa sociedade. A equidade educacional é dimensão intrínseca a essa concepção de qualidade e confronta o racismo, que, em suas mais diversas facetas, é gerador de traumas e de imenso sofrimento, comprometendo trajetórias de vida e acarretando a exclusão educacional de milhões de estudantes negras e negros anualmente (GONÇALVES, CATELLI, 2021)²¹.

Nesse sentido, a alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) pela Lei no 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, se soma aos avanços derivados das reivindicações históricas do movimento social negro por uma política educacional democrática, equitativa e antirracista.

²⁰“Expectativas sobre a inserção de jovens negros e negras no mercado de trabalho: reflexões preliminares”. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUSA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (org.). Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola – Coleção Educação para todos: Brasília :MEC/BID/UNESCO, 2006.

²¹Structural Racism and Youth and Adult Education in Brazil (2021) – Ednéia Gonçalves e Roberto Catelli. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ace.20442>. Acesso em: 12 mar.2023.

Com base nesse marco legal e afirmando a centralidade que deve ser dada à superação do racismo no que se entende por qualidade educacional no país, a Ação Educativa lançou, ao final de 2013, a *Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar*²².

Elaborada com o apoio do edital de microprojetos em direitos humanos da União Europeia, fruto do trabalho de mais de cinco anos com escolas públicas de várias regiões do Brasil, do diálogo com experiências internacionais e em aliança com intelectuais e ativistas do movimento negro e de outras organizações e movimentos sociais comprometidos com a educação antirracista, a Coleção foi copromovida pela Ação Educativa, UNICEF, Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) e MEC.

Para avançarmos na qualidade, é necessário apostarmos na participação efetiva, no fortalecimento da gestão democrática, na ampliação da roda de diálogo, na multiplicação das vozes no debate público, que expressem a diversidade – uma participação pensada como formação de uma cultura democrática e que não tolere as desigualdades; uma participação como fator de controle social e de aprimoramento das políticas e como estímulo à demanda social por direito humano à educação de qualidade.

Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola (2013)

Em 2023 celebramos 20 anos da alteração da LDB e 10 anos de lançamento da Coleção Educação e Relações Raciais, renovando a aposta na força das parcerias em prol do combate ao racismo na educação e da luta pelo direito à educação antirracista em todas as escolas públicas e privadas do país.

A metodologia participativa de autoavaliação “Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola” (Indique ERRE), integrante da *Coleção Educação e Relações Raciais*, tem sido um importante elemento para a elaboração de políticas e propostas educativas coerentes com a diversidade e complexidade de desafios locais indicados pelas comunidades educativas em processos de escuta intencional e horizontal.

Em 2022, inovando nas ações da parceria estabelecida desde 2017 com o Instituto Unibanco e a SEDUC-MA (por meio da Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais – SUPMODE) para aplicação da metodologia Indiques ERRE na rede de Ensino Médio do Maranhão, propomos a construção de processo de acompanhamento de um grupo de unidades escolares de Ensino Médio que, apesar da pandemia em 2020 e 2021 e a despeito do desafio da baixa conectividade em muitas regiões maranhenses, participaram dos processos formativos ou aplicaram a metodologia em diferentes territórios.

Durante o processo de avaliação das ações desenvolvidas, comprovamos a hipótese da centralidade do papel das Unidades Regionais de Ensino – UREs como estrutura avançada para a implementação das proposições da Supervisão

²²Disponível em: <https://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/colecao-educacao-e-relacoes-raciais/>. Acesso em: 12 mar.2023

de Modalidades e Diversidades Educacionais (SUPMODE) no campo das diversidades nas unidades escolares.

Os Índiques aplicados no C.E. Urbano Rocha aos alunos dos três turnos (Ensino médio e da modalidade EJA), serviram para que de fato pudéssemos conhecer os nossos alunos em relação à temática (Relações Raciais). A partir do levantamento, foi possível elaborar um plano de trabalho de acordo com as dimensões que requerem ações no decorrer do ano. Iremos tentar a cada dia sanar essa deficiência com a ajuda de profissionais (Psicólogos, Advogados, Assistentes Sociais, representantes do núcleo da CEIRI/UREI e representantes das igrejas), diante disso, acreditamos da plena necessidade da continuidade dessas ações no ambiente escolar para que todos sejam engajados em prol de uma sociedade justa e respeitosa. (Depoimento Gestora)

A importância da abordagem do tema relações raciais na escola é sempre pertinente por sermos professora e gestora negra e por saber me colocar no lugar dos alunos e alunas pretos e pretas e como serve como arma para a conscientização contra o racismo e as atitudes raciais no ambiente escolar. Estamos aguardando mais oportunidades agora pós greve, para continuar efetivando o processo da educação antirracista e incorporando as ações no PPP da escola será reescrito este ano. (Depoimento Gestora Geral)

Ao longo da pandemia, observamos ainda a atuação diferenciada da URE-Imperatriz, que, apesar de enfrentar desafios semelhantes às demais UREs, se manteve atuante e inovadora no campo da equidade educacional e combate ao racismo na educação, propondo novas ações e incentivando a participação das escolas nas atividades formativas desenvolvidas durante o processo de orientação para aplicação dos Índiques.

Também identificamos a Coordenação de Educação da Igualdade Racial de Imperatriz (CEIRI) e a atuação de sua coordenadora, Eró Cunha, nos 15 municípios cobertos pela URE-Imperatriz como o diferencial dessa URE. Única Coordenação de Igualdade Racial remanescente da estrutura avançada da SUPMODE, a CEIRI se converteu em importante polo de difusão da educação antirracista e referência para as demais UREs como disseminadora de práticas pedagógicas antirracistas.



Eró Cunha – Coordenadora da CEIRI

Estabelecemos com a URE-Imperatriz um Termo de Parceria para o desenvolvimento de um conjunto de ações com o objetivo de disseminar práticas pedagógicas equitativas a partir da metodologia dos Índiques ERRE em parceria com organizações do movimento negro e diferentes atores envolvidos na defesa dos direitos humanos no território.

Dentre as ações, destacamos:

1 - Organização, em Imperatriz, de Grupo intersetorial para a construção de processo contínuo de aplicação da autoavaliação das relações raciais nas escolas (Índiques) e aprimoramento da implementação da LDB alterada pelas Leis nos 10.639 e 11.645, com participação da CEIRI/URE-Imperatriz, SEDUC-SUPMODE, representação do CEE, Conselhos Municipais de Educação, Organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

2 - Mapeamento colaborativo da presença negra e indígena no território: com apoio do grupo intersetorial e dos grupos guardiões das unidades escolares que aplicaram a metodologia dos Índiques, organização de mapeamento virtual da presença negra e indígena na URE-Imperatriz e orientação da SUPMODE para expansão do mapeamento para as demais UREs do Estado.

3 - Evento de lançamento do Mapa virtual da presença negra no território das UREs e intercâmbio de experiências de monitoramento e orientação da realização dos Planos de Ação das unidades escolares.

Presença negra e indígena em Imperatriz

A ideia de lugar – ao qual pertencemos – é um assunto recorrente para muitos de nós. Queremos saber se é possível viver em paz em algum lugar do mundo. É possível tolerar a vida? Podemos adotar um éthos sustentável que não envolva apenas o devido cuidado com os recursos naturais, mas também a criação de significado, de uma vida que valha a pena ser vivida?

bell hooks – Saber para onde se está indo (2009)

Um grande desafio para a ampliação da qualidade educacional em nosso país é valorizar, acessar e absorver o aprendizado da resistência protagonizada e sistematizada pelo movimento negro brasileiro, que sempre buscou, na diáspora africana, elementos de práticas, pesquisa, articulação e plataforma para a disseminação da visão de mundo e cultura afro-brasileiras, tendo em vista que uma importante parcela do pensamento contemporâneo situa na equidade e multiculturalismo as matrizes do desenvolvimento global.

Em 2022, ainda vivenciávamos a recuperação das marcas profundas da pandemia na história dos indivíduos e coletividades e, nesse momento fortemente marcado pelo luto e acirramento das desigualdades sociais, iniciamos o quinto ano de atuação no Estado do Maranhão com o compromisso de identificar os elementos que permitiram que a URE-Imperatriz enfrentasse e superasse

os desafios colocados à efetivação da educação antirracista nas escolas de Ensino Médio maranhenses, tendo como ponto de partida a apropriação da metodologia dos Indique-ERRE e a disseminação dos fundamentos que a embasam.

Em diálogo com a coordenadora da CEIRI, Eró Cunha, construímos o roteiro de interlocução entre a história da luta antirracista no território de Imperatriz e as ações de enfrentamento ao racismo institucional que emergem do processo de aplicação dos Indiques, buscando articular as bases da educação antirracista e a memória da resistência negra na região.

Iniciamos o processo de estabelecimento de diálogo com as organizações representativas da luta antirracista em Imperatriz participando de reunião entre a CEIRI e o Centro de Cultura Negra Nego Cosme (CCNNC), na qual apresentamos os fundamentos da atuação no campo da educação antirracista nos municípios cobertos pela URE-Imperatriz. Nossa proposta foi totalmente abraçada pelo CCNNC, que, com as demais organizações do movimento negro, sustentaram a possibilidade de construção de processo de articulação institucional baseado no fortalecimento do pertencimento racial positivo a partir da apropriação da memória da resistência negra e indígena em Imperatriz e região.

A aplicação dos Indiques-ERRE em Imperatriz, durante 2022, foi uma experiência rica em aprendizados. Ficou evidente a necessidade de fortalecer as ações afirmativas antirracistas na educação, bem como o engajamento coletivo das escolas públicas na proteção dos direitos da juventude.

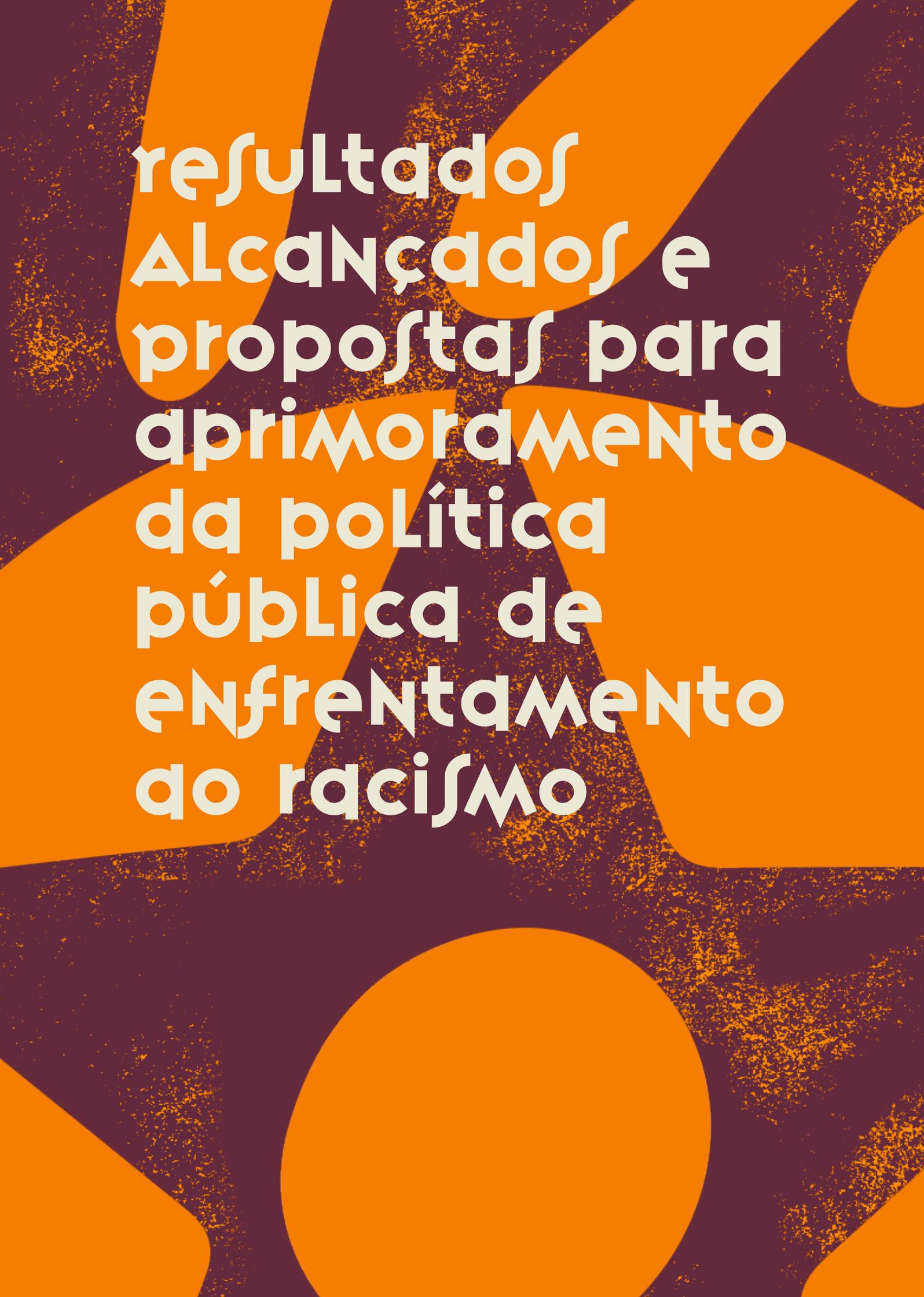
A participação ativa e crítica dos estudantes, especialmente os representantes do grêmios estudantis, foi fundamental para garantir a aplicação dos Indiques -ERRE nas escolas da UREI.

Esperamos que os aprendizados produzidos a tantas mãos e registrados nesta publicação se materializem em novos desafios que repercutam no direito de todos e todas à educação de qualidade, antirracista e equitativa em todas as etapas da vida.

Formação dos grêmios estudantis – 18/08/22

Formação dos grêmios estudantis – 18/08/22





**resultados
Alcançados e
propostas para
aprimoramento
da política
pública de
enfrentamento
do racismo**

Resultados Alcançados

Público Formado: 127 pessoas

Escolas previstas: 37

Escolas que aplicaram: 19

Planos de Ação de enfrentamento ao racismo em 2022:

13 - Documentos

A experiência referencial desenvolvida a partir da URE-Imperatriz apresentou resultados bastante significativos para a aplicação da política pública de enfrentamento ao racismo a partir dos territórios. Essa experiência trouxe ainda aprendizados significativos para a efetivação da função social da escola através da aplicação dos Índices-ERRE que possibilitou a articulação dos saberes escolares com os conhecimentos das diferentes culturas presentes no entorno das escolas com o objetivo de construir aprendizagens significativas para toda comunidade escolar.

Para além do cumprimento dos objetivos expressos na apresentação do projeto, destacamos os seguintes resultados:

1 - Apropriação da metodologia dos Índices ERRE: A CEIRI organizou autonomamente o 5º Polo de formação de gestoras com resultados impecáveis. Realiza ainda o acompanhamento e orientação das unidades escolares no desenvolvimento dos Planos de Ação das unidades escolares.

2 - Recebemos até o momento 55 propostas de aprimoramento da aplicação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003 enviadas por 18 unidades escolares. Recebemos ainda 8 propostas do Centro de Cultura Negra Negro Cosme.

3 - Tivemos a participação de 91 ativistas antirracistas, representantes de organizações governamentais e do Movimento Negro participando ativamente da construção do Mapa da Presença Negra em Imperatriz ampliando desta forma a possibilidade de controle social do marco legal de enfrentamento ao racismo na educação.

4 - Fortalecemos localmente a parceria entre a URE-Imperatriz e instituições de ensino superior (UFMA e UEMA Sul) que participaram ativamente de todas as etapas do trabalho.

Propostas para aprimoramento da política pública de enfrentamento ao racismo e aplicação da Lei 10.639/2003

Apesar de todos os desafios enfrentados em relação ao deslocamento de profissionais para as formações do projeto, as equipes gestoras e grupos guardiões, com o apoio do CEIRI, participaram ativamente das atividades desenvolvidas e apresentaram um conjunto significativo de propostas para aprimoramento da política pública de enfrentamento ao racismo.

Recebemos um total de 55 propostas de aprimoramento da política pública, provenientes de 18 unidades educacionais. Além disso, o Centro de Cultura Negra Negro Cosme de Imperatriz teve 8 propostas adicionais, totalizando 63 propostas. Todas as propostas foram compiladas em um relatório final, que foi encaminhado tanto para a URE - Imperatriz quanto para a SUPMODE/SEDUC.

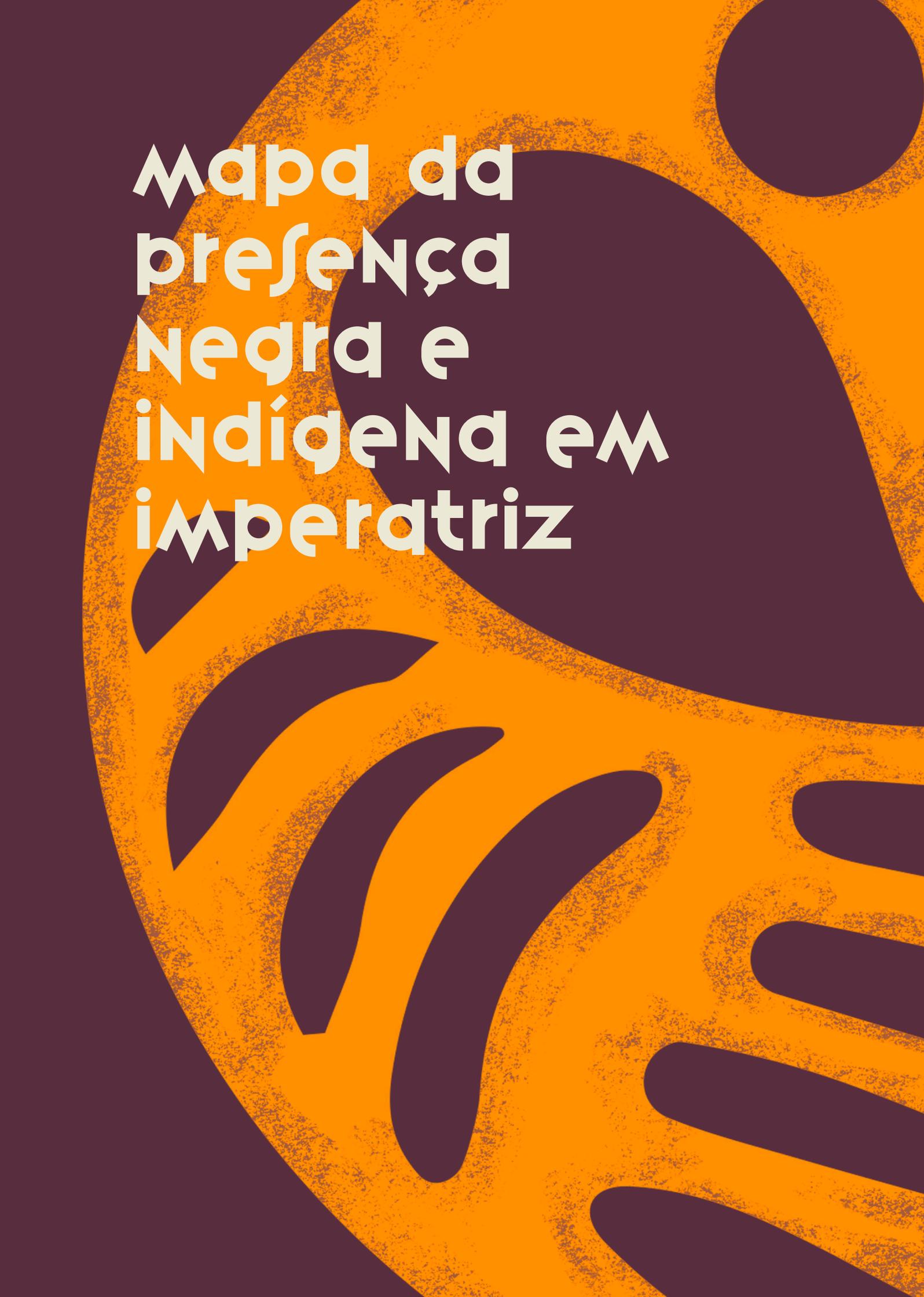
Centro de Cultura Negra Negro Cosme	<ol style="list-style-type: none">1. Fortalecer o trabalho de prevenção do suicídio de jovens das escolas, especialmente os homens, devido o crescimento desses casos, especialmente pessoas de renda baixa.2. Mapear as ações de sustentabilidade e responsabilidade social entre as empresas e as comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco e aldeias indígenas, impactadas pelo agronegócio num raio de até 3km dos territórios3. Palestras para estudantes e universitários negros/as sobre o mercado de trabalho e com participação de profissionais negros/as para estimular as expectativas de alcançar altas oportunidades de trabalho4. Discutir nas escolas sobre a solidão da mulher negra, especialmente os casos da gravidez e abandono da responsabilidade dos pais, onde se percebe que o racismo estimula jovem negro em não assumir a mulher negra nem registra seu filho.5. Realizar uma formação sobre o racismo destinado a profissionais da comunicação e influenciadores das redes sociais.6. Convidar a Defensoria Pública e OAB para falar nas escolas sobre direitos e deveres, especialmente no empoderamento do jovem negro no combate ao racismo7. Inserir nas escolas a meditação e Terapia Comunitária, em parceria com as secretarias de saúde e práticas integrativas e complementares de saúde.8. Realizar exposição da beleza negra de fotos feitas pelos próprios estudantes negros, com uma palestra que reflita sobre a identidade e o antirracismo.
--	---

Unidade Escolar	Proposta
CE Amaral Raposo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação presencial com professores ou coordenadores 2. Palestras nas escolas 3. Rodas de conversas 4. Sugestão de filmes que abordem o tema. 5. Sugestões de trabalhos que podem ser colocados em prática na escola
CE Graça Aranha	<ol style="list-style-type: none"> 1. Palestra ou debates sobre o protagonismo sobre negro ao longo dos séculos. 2. Como a literatura pode contribuir para a mudança... 3. A escola e as mídias no enfrentamento antirracismo. 4. Criar núcleos de estudo com participação dos alunos.
C.E. Henrique La Roque anexo I- Bom Lugar e anexo II- Centro do Toinho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação para professoras/es e continuidade da aplicação dos Indiques 2. Material necessário para trabalhar em forma de projetos
CE Henrique La Roque	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura de profissionais e orientação para realização de palestra sobre a lei 10.639/03 envolvendo toda a comunidade escolar
CE Mourão Rangel	<ol style="list-style-type: none"> 1. Intensificar a Formação Continuada para professoras/es continuidade da metodologia dos Indiques 2. Participação da CEIRI e ONG Ação educativa nos planejamentos dos professores/as. 3. Palestras para estudantes sobre a temática racial (na inauguração da nova escola, principalmente, do turno matutino). <p><i>NOTA: A gestora Silviane relatou conversa com a equipe docente sobre a necessidade do trabalho com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, mas observa que existe resistência por parte da equipe. (Principalmente porque, de acordo com os/as docentes, o Novo EM dificulta o trabalho devido a redução da carga horária das disciplinas). E em relação as formações, há resistência, por parte das/os educadores/as em participar pelo mesmo motivo.</i></p>
CE Profº Carlos Alberto M. de Macedo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Visita calendarizada nas escolas do município para intensificar os trabalhos com os indiques e diversidade, inclusão
CE Rio Amazonas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Trazer Dados atualizados sobre a população negra 2. Formação sobre os diversos aspectos da cultura brasileira 3. Roda de conversa sobre a importância da leitura negra 4. Materiais, publicações sobre a temática antirracista

CEM Tancredo de Almeida Neves	<ol style="list-style-type: none"> 1. Essa temática é abordada nos conteúdos de história em alguma medida. Porém, ainda carecemos de ações mais assertivas que possam garantir o cumprimento da lei. Penso que as ações da escola para o dia da Consciência Negra já contemplam parte disso. 2. A sugestão que tenho é que eletivas sejam feitas com essa temática. Envolvendo a disciplinas como história, sociologia, etc...
CE Delfino Aguiar de Azevedo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Um momento de formação entre a equipe de acompanhamento da CEIRI e nossa escola 2. Palestra de formação para professores e alunos 3. Um momento de planejamento pedagógico junto/ equipe CEIRE e Escola 4 Seminários voltados para os professores. 5. Formação para um professor de cada escola 6. Reunião ou formação online voltada para os professores.
CE Professor Edinan Moraes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Palestra com um especialista sobre racismo estrutural. 2. Recursos para através das linguagens da arte, trabalhar a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena durante o ano letivo e culminar em festival de teatro apresentando situações de discriminação racial e a ajuda necessária para cada caso e em Show de talentos que valorize a cultura negra. 3. Realizar uma palestra com um especialista sobre direitos humanos (Defensoria Pública, OAB, Ministério Público, ...). 4. Realizar uma oficina com professores sobre como agir diante de situações de racismo (ONG Ação Educativa).
Colégio Militar Tiradentes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acredito que a inserção da temática dentro do currículo só ocorrerá quando for realizado de forma sistemática tal qual as sequências didáticas de Língua Portuguesa e Matemática. Se não houvesse o direcionamento de incluir uma aula por semana os professores não trabalhariam os descritores. 2. Então escolher dois ou mais componentes que trabalhasse uma vez por mês e fosse cobrado essa sequência didática dentro do planejamento. 3. Ou Substituir o tempo dedicado à cultura espanhola que está na matriz do Estado para Cultura afro-brasileira.
CE Dorgival Pinheiro de Sousa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação Continuada. 2. Materiais didáticos/pedagógicos para utilização em sala de aula. 3. Incentivo a projetos antirracistas na escola.
CE União	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção de palestras para a valorização da cultura afro – indígena.



CE Francisco Alves II	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orientação para a reescrita do nosso PPP que está desatualizado e deve contemplar as leis 10.639/03 e a 11.645/08. (Essa é a nossa situação. Pois no anterior não contemplava)
C.E FREI GIL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Palestras 2. Material pedagógico para apoio aos professores. 3. Formação continuada para professores. 4. Acompanhamento da CEIRI para um melhor desenvolvimento do trabalho. 5. Continuação dos Indiques.
CE Nova Vitória	<ol style="list-style-type: none"> 1. Palestras: Racismo, Combate a preconceitos em geral. 2. Oficinas para Professoras e estudantes 3. Disponibilizar Ônibus para levar os alunos a visitas. (Universidades, teatros, Museu) 4. Exposição de trabalhos de pintura
CCE João Martins	<p>Pro combate à discriminação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criar um canal de denúncia para casos de racismo, com garantia de anonimato e proteção para a vítima; 2. Realizar palestras e debates com especialistas, pesquisadores e membros da comunidade negra para discutir o racismo e debater estratégias para o combate; 3. Estabelecer um protocolo de ação para o combate ao racismo, que contemple medidas disciplinares para quem praticar atos racistas dentro da escola. <p>Valorização da cultura afro-brasileira</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivo a realização de atividades e projetos interdisciplinares que tragam a cultura afro-brasileira para dentro da escola; 2. Incorporar em sala de aula obras de autores negros ou que abordem a temática do racismo; 3. Realizar eventos temáticos, como a celebração do Dia da Consciência Negra, para valorizar a cultura afro-brasileira.
Total de Escolas – 18 + CCNNC	Total de Propostas – 55 + 8 (CCNNC)=63

The background features a dark purple field with large, overlapping, textured yellow shapes. On the right side, there is a stylized silhouette of a hand with fingers spread, rendered in a dark purple color. The text is positioned on the left side, overlapping the yellow shapes.

**Mapa da
presença
Negra e
indígena em
imperatriz**

Construção dos movimentos políticos de Imperatriz

A produção do conhecimento do Movimento Negro, da negra e do negro sobre si mesmos e a realidade que os cercam não têm origem nos bancos acadêmicos nem nos meios políticos. Isso surgiu na periferia, na experiência da pobreza, na ação cotidiana, nas vivências sociais, na elaboração e reelaboração intelectual de sujeitos negras e negros, muitos dos quais nem sequer foram (e alguns ainda não são) reconhecidos como pesquisadores, intelectuais e produtores de conhecimento.

Nilma Lino Gomes

O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos
(*"Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico"* – 2018, p. 224)

O movimento negro atua como ator político que “constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira” (GOMES, 2017). Desse modo, a articulação com a sociedade civil foi essencial para o trabalho desenvolvido em encontros com representantes de diversas instituições em Imperatriz. Os encontros promovidos contribuíram tanto para a elaboração do mapeamento da presença negra em Imperatriz como para potencializar pautas, debates e diálogos que atravessam diretamente as ações realizadas ao longo do projeto.

Desde o final do século XIX, o movimento negro no Brasil luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária, utilizando diferentes estratégias, seja nos discursos, ações e narrativas. O processo de atuação do movimento negro é dividido em quatro ondas: A primeira onda ocorreu entre 1889 e 1937 e foi marcada pelo período pós-abolição, marginalização do povo preto, Proclamação da República, instauração do Estado Novo e a fundação da Frente Negra Brasileira.

E, nesse período, a luta do movimento negro era integrar a população negra, reivindicando acesso à educação e ao trabalho digno. A segunda onda ocorreu de 1945 a 1964, marcada pela fundação do Teatro Negro Experimental, em 1944, por Abdias Nascimento e outros ativistas negros, pela criação da Lei Afonso Arinos, em 1951, e pela criação de associações de ativistas negros, como a União de Homens de Cor (UHC), utilizando como estratégias de combate ao racismo e política de enfrentamento a valorização da cultura negra por meio da arte e da educação. A terceira onda aconteceu de 1978 a 2000, período no qual o país deixava de ser uma ditadura militar (1964-1985) e passava pelo período de redemocratização. Nesse período, é fundado o Movimento Negro Unificado, em 1978, que denuncia e combate o mito da democracia racial, conceito que foi amplamente difundido, principalmente na ditadura, para mascarar o racismo estrutural existente no Brasil. A quarta onda teve início em 2010 e ainda está vigente e tem como características um discurso mais contundente, equitativo, valorizando

as diferenças, integrando conceitos como o pan-africanismo, o feminismo negro, interseccionalidade, afroncentrismo, fomentando políticas de ações afirmativas como a implementação de mecanismo de combate ao racismo, a exemplo da promoção de uma educação antirracista.

A cristalização dos nossos conceitos, definições ou princípios deve exprimir a vivência de cultura e de práxis da coletividade negra, deve incorporar nossa integridade de ser total em nosso tempo histórico, enriquecendo e aumentando nossa capacidade de luta.

Abdias Nascimento

Dentro do panorama das ondas do movimento negro, o encontro e a organização de ativistas negros e indígenas no município de Imperatriz acontece no final da década de 1980 e início da década de 1990, período posterior à democratização do país.

As discussões sobre a temática negra já se davam desde os anos 1980; no entanto, foi a partir de um pequeno grupo de professoras, professores, estudantes universitários e outros cidadãos que a organização do movimento em Imperatriz (MA) começou a ganhar corpo já na década de 1990. Segundo Sousa (2013, p.34), o grupo passou a se reunir no pátio do então Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (Cesi) da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, atual Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul), para debater “ações a serem desenvolvidas na busca de incluir a temática afro nas discussões em sala de aula e no ambiente escolar onde trabalhavam”. Com as primeiras reuniões vieram também as críticas e censuras aos militantes.

(ALVES et al., 2021. p. 6)²⁸

Durante os encontros com ativistas do movimento negro e de organizações da sociedade civil e entrevistas, foi possível conhecer e compreender as trajetórias desses diferentes agentes que compõem o movimento negro e indígena em Imperatriz. A promoção desses encontros possibilitou que conhecêssemos as histórias de pessoas negras e indígenas a respeito de suas contribuições na luta contra o racismo em Imperatriz. E esses eventos foram essenciais para o desenvolvimento de uma memória coletiva, sendo ela compartilhada a partir da escuta e da troca de experiências.

Desse modo, ao proporcionarmos esses encontros com a sociedade civil, principalmente com representantes de organizações vinculadas ao movimento negro e indígena, buscamos a possibilidade de estabelecer diálogos em espaços em que se permita identificar as ausências nos ambientes escolares em relação às pautas de combate ao racismo. Sendo assim, os encontros tinham como objetivo viabilizar um espaço de reflexão entre as lideranças negras e indígenas a partir de seus olhares sobre os processos históricos que culminaram na formação de Imperatriz e como o movimento negro teve papel importante nessa

²⁸O Texto disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68320/37771>. Acesso em: 12 mar.2023.

formação. Dessa forma, foi possível conhecer e estabelecer os marcos legais, a valorização de figuras negras importantes na produção não só histórica, mas também cultural, artística e social do município. Esses elementos são essenciais para compreender o que representa Imperatriz.

Ao longo dos encontros e entrevistas, conhecemos histórias de vida e trajetórias de militâncias de diferentes atores que contribuíram e contribuem na luta pela igualdade e combate ao racismo em diversas áreas no município de Imperatriz. Ouvimos histórias de trabalhadoras e trabalhadores rurais, de professores e professoras negros/negras e indígenas do Ensino Básico e do Ensino Superior, gestores e gestoras educacionais, de artistas e educadores.

Os encontros eram marcados por esses momentos em que se estabeleciam pontes entre o conhecimento do movimento negro no Brasil paralelamente ao que se desenvolveu em Imperatriz, e, a partir dessa escuta, foi possível conhecer outras figuras negras e indígenas importantes para a história do município e, assim, tentar preencher as lacunas do processo histórico e construir, de modo colaborativo, o Mapa da presença negra e indígena em Imperatriz. Isso é essencial para a promoção de uma educação antirracista a partir de um referencial próximo aos estudantes.



Encontro realizado em 10/03/22 com ativistas do movimento negro e organizações da sociedade civil na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.



Encontro realizado em 20/04/22 com ativistas do movimento negro e organizações da sociedade civil na Academia Imperatrizense de Letras.

Luta antirracista em Imperatriz

O mapeamento colaborativo da presença negra e indígena em Imperatriz e região teve como objetivo construir coletivamente um mapeamento dos monumentos físicos ou simbólicos do longo processo de transformação de Imperatriz e região em ambiente de encontro, formação, trabalho, lazer, desenvolvimento e resistência política e cultural da coletividade.

Com esta construção pretendemos ainda que a URE-Imperatriz obtenha um rico material para disponibilização para as unidades escolares utilizarem como ponto de partida para a elaboração de mapas de seu entorno envolvendo no processo de diálogo intersetorial e horizontal com organizações negras locais os grupos guardiões formados na aplicação da metodologia dos Índiques apoiados pelos docentes de todas as áreas de conhecimento e pela CEIRI.

A linha do tempo da presença Negra e Indígena em Imperatriz foi construída por muitas mãos. Fruto da memória e oralidade da população negra, essa linha foi produzida ao longo dos encontros com um diversificado grupo de ativistas e representantes de organizações do movimento negro e indígena Imperatriz e região, como gestora(es)s, professora(es)s da educação básica, alunos e seus responsáveis, lideranças de movimentos sociais, lideranças negras, indígenas, religiosas de matriz africana, representantes de organizações da sociedade civil, professora(es)s universitários, estudantes de graduação e representantes de instituições governamentais.

A cronologia apresentada reúne os principais marcos históricos da luta antirracista em Imperatriz ou nacionalmente, com repercussões no território. Os eventos apresentados na linha do tempo não contêm datas específicas, tendo em vista que a curadoria do grupo considerou como relevante a expressão oral da memória coletiva e individual da experiência de enfrentamento ao racismo vivida naquele território comum.

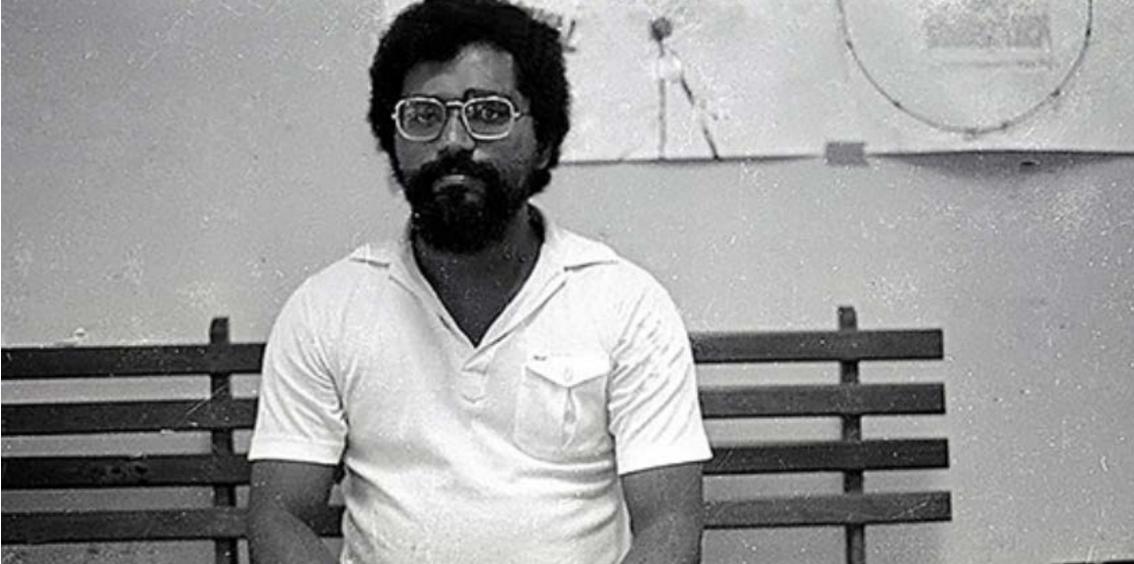
A partir da escuta, foi possível conhecer outras figuras negras e indígenas importantes para a história do município e, assim, tentar preencher as lacunas do processo histórico e construir, de modo colaborativo, o Mapa da presença negra e indígena em Imperatriz. Isso é essencial para a promoção de uma educação antirracista a partir de um referencial próximo aos estudantes.

Destacamos dois eventos que ocorreram em décadas diferentes e que demonstram a importância e o impacto da luta da população negra contra o racismo nesse território.

Na segunda metade da década de 1980, mais precisamente em 10 de maio de 1986, o padre de 33 anos Josimo Morais Tavares, o “padre negro de sandálias surradas”²³, foi assassinado por defender os pobres na luta por terras. A data de sua morte ainda é lembrada por muitos²⁴.

²³Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/10/ha-34-anos-padre-josimo-era-assassinado-por-sua-luta-em-defesa-da-terra> e em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609142-35-anos-do-assassinato-do-padre-josimo-martir-da-luta-pela-terra>. Acesso em: 12 mar.2023.

²⁴Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-cidade/memorial-padre-josimo-morais-tavares.html>. Acesso em: 12 mar.2023.



Registro do Padre Josimo (Reprodução/internet)

Em 27 de março de 2002 foi fundado o Centro de Cultura Negra – Negro Cosme²⁵ na Academia Imperatrizense de Letras, e, segundo consta em sua página na internet, o CCNNC, “[...] é uma instituição da Sociedade Civil sem fins lucrativos com a finalidade de promover a Consciência e a Cidadania Negras”²⁶.

O CCNNC surgiu por iniciativa de um grupo de professores, professoras e estudantes universitários com cidadãos de Imperatriz que já faziam parte do movimento negro. O grupo realizava seus encontros na Universidade Federal do Maranhão (UEMA) na década de 1990²⁷.

Ao longo de pouco mais de duas décadas, o Centro de Cultura Negra – Negro Cosme vem atuando ativamente no combate ao racismo, na garantia de direitos, promovendo debates, contribuindo com a formação de professoras e professores, gestores e gestoras escolares na orientação, a partir das diretrizes da Lei no 10.639/03, atual Lei no 11.645/08. Em 2007, o CCNNC conseguiu, com a Secretaria de Estado da Educação do estado do Maranhão (SEDUC-MA), a criação da Coordenação de Educação da Igualdade Racial de Imperatriz (CEIRI), que tem como proposta construir uma educação antirracista nas comunidades escolares que formam a Unidade Regional de Educação de Imperatriz.

²⁵Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negro-cosme-bento-das-chagas-e-balaiada/>. Acesso em: 12 mar.2023.

²⁶Disponível em: <http://ccnegrocosme.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 12 mar.2023.

²⁷Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68320/37771>. Acesso em: 12 mar.2023.

Década de 1980

Padre Josimo
Orquestra Guajajara
Batalhão Real
Casa das Minas
Constituição Federal – 210.231/1988 – Direitos assegurados aos povos indígenas

Década de 2000

Lei no 10.639/03
Casa da Cultura Negra – Negro Cosme
Grupo Mirim de Dança Africando
Evento do Patrimônio Histórico e Cultural – UEMA
Criação da CEIRI
Criação categoria Escola Indígena
Cotas Indígenas
Licenciatura intercultural e Lei no 11.645/2008

Década de 2020

Conselho Escolar Indígena
Manoel da Conceição
Criação da Comissão de Igualdade Racial da OAB

Década de 1990

Pai de Santo – João da Sara
Grupo Oásis
Feira de Arte
AGIR LGBTQI+
Ed. Indígena FUNAI – Estado do Maranhão
LDB-Bilinguismo
Grupo Kizomba – Teatro
Escolas de samba

Década de 2010

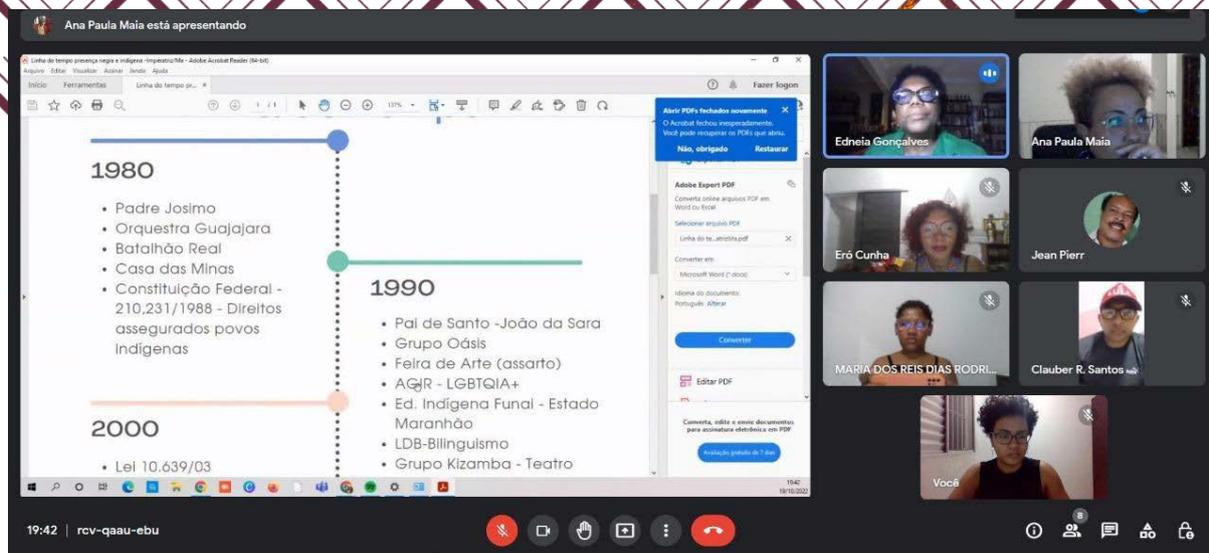
Sabores indígenas nas escolas
Seletivo para professores indígenas
Licenciatura intercultural UEMA
Lei de Cotas nas Universidades
Lei do Magistério Indígena
Movimento de Luta contra o racismo – UEMA
Movimento Interestadual das Quebradeiras de
Coco Babaçu
Festival de Música realizado pelo CCNNC e CE
Dorgival
Encontro de comunidades tradicionais e campestres – CEPEEP/UFMA



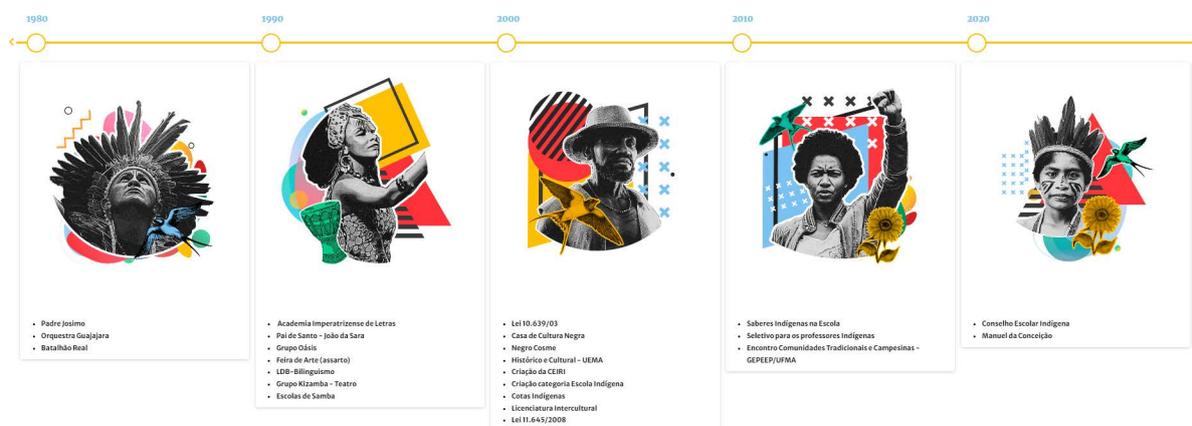
Encontro com ativistas do movimento negro e organizações da sociedade civil na Universidade Federal do Maranhão –17/08/22



Encontro com ativistas do movimento negro e organizações da sociedade civil na Universidade Federal do Maranhão – 17/08/22.



Encontro on-line com ativistas do movimento negro e organizações da sociedade civil – 19/10/22



Colaboradores para a elaboração da linha do tempo: Doralice Mota, Maria Floris-mar S. Costa, Perla Mana Berwanger, Jean Pierr S. V. Figueiredo, Alanna Sousa Lima, Fatima Sousa de Carvalho, Regilma de Santana, Maria da Conceição Sousa Silveira, Michelly Santos de Carvalho, Izaura Silva, Karitânia dos Santos Araújo, Pedro Silva, Maria Luísa Rodrigues de Sousa, Maria Fernanda A. Krileischy San-ches, Gabriela Barbosa Bonfim, Eró Cunha, Maria dos Reis Dias Rodrigues, Clau-ber R. Santos, Maristane de Sousa Rosa.

Mapeamento da presença negra e indígena em Imperatriz

Articulado com os encontros e diálogos estabelecidos para a elaboração da linha do tempo da luta antirracista em Imperatriz e região, organizamos um mapa colaborativo da presença negra no território com o objetivo de registrar os monumentos físicos ou simbólicos do longo processo de transformação de Imperatriz e região em ambiente de encontro, formação, trabalho, lazer, desenvolvimento e resistência política e cultural da coletividade negra. Buscamos, ainda, destacar a resistência da população negra ao apagamento de seu papel nas histórias econômica, social, cultural e religiosa na região e sua relevância na defesa de um ideal de cidade equitativa presente na história do movimento negro brasileiro. Pretendemos, com essa iniciativa, que a URE-Imperatriz e suas gestoras se apropriem desse instrumento de educação antirracista, ampliando, nos territórios das unidades escolares, as referências à presença negra e indígena como ação permanente e inclusa no Projeto Político Pedagógico das escolas.

As etapas de construção do mapa colaborativo foram divididas da seguinte forma:

- Construção da linha do tempo da luta antirracista em Imperatriz e região.
- Identificação dos monumentos físicos ou simbólicos representativos da presença negra no território.
- Entrevistas com figuras importantes do território.
- Lançamento dos dados em mapa colaborativo virtual.
- Disponibilização do mapa²⁹ para as escolas de Imperatriz e região.
- Ampliação do Mapa colaborativo nas escolas: Inclusão de informações sobre a presença negra no entorno das unidades escolares.
- Disponibilização do Mapa ampliado para as demais UREs como referência para a construção do Mapa da Presença Negra no Maranhão.



OBJETIVO DO MAPEAMENTO DA PRESENÇA NEGRA E INDÍGENA EM IMPERATRIZ E REGIÃO

Construir coletivamente um mapeamento dos monumentos físicos ou simbólicos do longo processo de transformação de Imperatriz e região em ambiente de encontro, formação, trabalho, lazer, desenvolvimento e resistência política e cultural da coletividade negra.

²⁹O Site do Mapa da Presença Negra e Indígena em Imperatriz (MA), será lançado no auditório da UEMASUL no dia 23 de maio de 2023, na cidade de Imperatriz.

A elaboração do mapa conta com divisão por categorias, sendo elas: história de vida, espaços de luta, cultura, religiosidade, marcos de resistência e órgãos públicos.



Para conferir o mapa, acesse:

<https://presencaafroindigena.acaoeducativa.org.br/>. Acesso em: 12 mar.2023.

Apresentação do Mapa da presença negra e indígena em Imperatriz para a comunidade

A indicação da educação escolar como direito humano e emancipatório e a luta por equidade educativa com revisão curricular é uma permanente reivindicação do movimento negro brasileiro. Em Imperatriz buscamos junto às organizações negras da sociedade civil a sistematização do processo da luta antirracista no território, a partir da narrativa do movimento negro, como forma de integrar ao processo de aplicação da metodologia dos Índiques a apropriação de elementos históricos e contextuais da resistência cultural afro-brasileira e indígena na região.



Encontro de apresentação do Mapa – Auditório da UEMASUL – 30/03/2023



Referências bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA. Coleção Educação e Relações Raciais. Ação Educativa, [S. l.], p. 1-2, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://www.acaoeducativa.org.br/relacoes- raciais/colecao-educacao-e-relacoes- raciais/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ALMEIDA, Domingos Alves de; FERREIRA, Idayane da Silva; SOUSA, Maria Luísa Rodrigues de. Combate ao racismo pelo “Centro de Cultura Negra – Negro Cosme” de Imperatriz (MA). Inter-Ação, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1460-1474, set/dez 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68320/37771>. Acesso em: 6 mar. 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. Resenha da obra “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico”. Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 243-245, jan/jun 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/download/99581/58872>. Acesso em: 6 mar. 2023.

CEZAR, Domingos. Memorial Padre Josimo Morais Tavares. Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA), Imperatriz (MA), p. 1-2, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-cidade/memorial-padre-josimo-morais-tavares.html>. Acesso em: 6 mar. 2023.

CCNNC, Centro de Cultura Negra – Negro Cosme. Quem somos. Centro de Cultura Negra – Negro Cosme, [S. l.], p. 1-2, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://ccnne-grocosme.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 6 mar. 2023.

CTI, Centro de Trabalho Indigenista. Centro de Trabalho Indigenista (CTI). [S. l.], 2022. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/home/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

FERREIRA, Marcelo. Há 34 anos, padre Josimo era assassinado por sua luta em defesa da terra. Brasil de Fato, Porto Alegre, 10 maio 2020. Direitos Humanos, p. 1-2. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/10/ha-34-anos-padre-josimo-era-assassinado-por-sua-luta-em-defesa-da-terra>. Acesso em: 6 mar. 2023.

GOMES, Nilma Limo. O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. 160 p.

GONÇALVES, Ednéia; CATELLI JÚNIOR, Roberto. Structural racism and youth and adult education in Brazil. Special Issue: Lifelong Learning and Adult Education in Latin American and Caribbean Social Movements, [s. l.], n. 1711-172. p. 79-89, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabelas: Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [S. l.], p. 1-2, 25

dez. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados do Maranhão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [S. l.], p. 1-2, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 12 mar. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil / Imperatriz / Maranhão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [S. l.], p. 1-2, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>. Acesso em: 5 mar. 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. Catálogo de Escolas. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&NQUser=inepdata&NQPassword=Inep2014&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Pr%C3%A9-Lista%20das%20Escolas. Acesso em: 8 mar. 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. Censo Escolar 2022: Resultados. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep), [S. l.], p. 1-2, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 12 mar. 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – Ideb: Resultados. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep), [S. l.], p. 11-3, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 6 mar. 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep), [S. l.], p. 1-2, 12 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 6 mar. 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – Ideb: Resultados. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep), [S. l.], p. 1-3, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 6 mar. 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais. Instituto Nacional de Estu-

dos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep), [S. l.], p. 1-6, 12 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 6 mar. 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O que é? Amazônia Legal. Desafios do Desenvolvimento, [S. l.], ano 5, n. 44, p. 1-3, 8 jun. 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28. Acesso em: 5 mar. 2023.

LADEIRA, Maria Elisa; LANZA, Larissa de Souza. A juventude indígena e a educação no estado do Maranhão. Centro de Trabalho Indigenista, set. 2020, p. 5-10. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/home/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

MODINO, Luis Miguel. 35 anos do assassinato do Padre Josimo: mártir da luta pela terra. Instituto Humanitas Unisinos, [S. l.], p. 11-2, 11 maio 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609142-35-anos-do-assassinato-do-padre-josimo-martir-da-luta-pela-terra>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SANTOS, Evane; REIS, Geilson; ALVES, Liratelma; CHAVES, Margarida; CARVALHO, Sheryda Lila. Imperatriz – Cidade da Gente: História e Geografia – Estudos Regionais – Ensino Fundamental – Anos Finais. Fortaleza: Didáticos Editora, 2020. 252 p. Disponível em: <https://didaticoseditora.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro-Imperatriz-fund-2.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramentos De Reexistência: Poesia, Grafite, Música, Dança: Hip-Hop. MARCIONILO, Marcos (ed.). São Paulo: Parábola Editorial, 2011. 176 p.

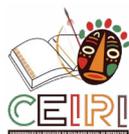
GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: Ausências, emergências e produção de Saberes - em Política & Sociedade - Revista de Sociologia e Política - Periódico da UFSC (2011) - <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>.



Imperatriz
Maranhão
Relações Raciais



**ação
educativa**



UREI

UNIDADE REGIONAL
DE EDUCAÇÃO DE
IMPERATRIZ



SEDUC

